

SUBALTERN STUDIES

BREVE HISTÓRIA DE UM PROJETO INTELECTUAL (1982-2005)*

Francisco Barbosa de Macedo  

Instituto Federal de Minas Gerais

Os Subaltern Studies¹ (doravante, SSG) são um projeto intelectual iniciado por um grupo de historiadores, em sua maioria indianos, na segunda metade dos anos 1970. Entre 1982 e 2005, esse conjunto de estudiosos, reconfigurado por defecções e adesões, publicou doze coletâneas de artigos sob o título de *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society*² que se tornaram o principal instrumento de difusão das ideias do grupo.

Durante sua existência, os SSG nunca apresentaram uma visão sistemática consensual oficial de uma “teoria crítica da subalternidade”, havendo considerável pluralidade teórico-metodológica e mesmo divergências entre seus membros, o que, em mais de uma ocasião, foi publicamente encorajado e celebrado. Como veremos, o projeto intelectual e a própria categoria “subalterno”, originalmente inspirada em Gramsci, experimentaram profundas transformações ao longo de quase três décadas. Contudo, é possível discernirmos, em termos de abordagem teórico-metodológica predominante em cada um deles, três momentos bem definidos na trajetória dos SSG.

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia, ao qual agradeço pelas condições de realização da pesquisa de pós-doutorado, que desenvolvo sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Luigi Negro na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e da qual este artigo é um produto. Agradeço também aos pareceristas anônimos e editores de Afro-Ásia pela leitura atenta e comentários valiosos.

- 1 Utilizaremos a forma não italizada ou a sigla SSG (Subaltern Studies – Group) para nos referirmos ao coletivo de pesquisadores e ao projeto intelectual que eles empreenderam.
- 2 Utilizaremos a forma italizada para nos referirmos a essas coletâneas de artigos. Nos volumes onze e doze, não foi utilizado o subtítulo *Writings on South Asian History and Society*.

O primeiro, que vai do fim dos anos 1970 a meados dos anos 1980, é marcado pela preponderância de uma abordagem próxima ao arcabouço da história social da cultura na produção de um certo tipo de “história vista de baixo”. O segundo, que vai de meados dos anos 1980 ao fim da mencionada década, é caracterizado por uma abordagem em que se nota uma crescente adesão explícita a posições teórico-metodológicas pós-estruturalistas e desconstrucionistas, esboçando-se uma reorientação rumo à história da cultura, o que não significou o imediato e completo abandono da abordagem anteriormente predominante, havendo inclusive significativo espaço para divergências internas. Por fim, o terceiro período é aquele que vai de fins dos anos 1980 e começo dos 1990 ao início dos anos 2000. Nele, configura-se a hegemonia de uma abordagem assentada em referenciais teórico-metodológicos pós-estruturalistas e desconstrucionistas mobilizados no interior da crítica pós-colonial, campo no qual os SSG passaram a ser vistos como uma das forças mais dinâmicas.

Grosso modo, cada um desses momentos correspondeu também a um grau crescente de apropriação da produção dos SSG no debate internacional. Se, inicialmente, o projeto intelectual se pautava por uma intervenção no debate historiográfico indiano, em fins dos anos 1980, os SSG já se tornavam tema de discussão na academia anglo-americana, ampliando, nos anos 1990, sua influência para os mais diversos terrenos disciplinares (estudos culturais, teoria literária, antropologia, teoria feminista etc.) e áreas geográficas (América Latina, África, Oriente Médio etc.), passando a ser visto até mesmo como um campo de especialização acadêmica. É essa complexa trajetória que será objeto de análise nas páginas que se seguem, sendo nossas fontes prioritárias textos em que pesquisadores do coletivo e seus críticos refletiram sobre a história dos SSG e os artigos publicados nas mencionadas coletâneas.

Contra o elitismo e em busca da agência e da consciência camponesas

Liderado pelo historiador indiano Ranajit Guha, o primeiro coletivo editorial dos *Subaltern Studies* era composto por seus compatriotas Shahid Amin, Partha Chatterjee e Gyanendra Pandey, além dos britânicos David Hardiman e David Arnold. Para o segundo volume da coletânea, o coletivo editorial passou a contar com Gautam Bhadra e Dipesh Chakrabarty. No número seguinte, um novo integrante, Sumit Sarkar, também se agregou a esse grupo, chegando-se à formação que se manteria até publicação de *Subaltern Studies VI*, em 1989,³ quando Guha se aposentaria como editor, dando início a uma etapa em que dois ou três membros do coletivo editorial liderariam a elaboração dos volumes publicados.⁴

Segundo Guha, a emergência dos SSG está organicamente vinculada ao contexto sociopolítico indiano que se configurou entre o fim dos anos 1960 e o término da década seguinte, período no qual teria ocorrido uma confluência de duas correntes geracionais de desilusão com a elite governante da Índia e com os elementos dominantes em toda a sociedade, isto é, contra a autoridade por toda a parte. Nas palavras do decano dos SSG:

A geração mais velha estava desiludida porque os governantes não tinham cumprido as promessas sobre um futuro mais feliz por meio das quais eles, como líderes do movimento nacionalista, tinham mobilizado as massas na luta pela independência [conquistada em 1947]. A geração mais jovem estava desiludida porque os partidos, governos e, na verdade,

3 Os nove colaboradores mencionados neste parágrafo, todos homens, foram autores de 34 dos 47 artigos publicados nos primeiros seis volumes de *Subaltern Studies*. Ao longo da existência de *Subaltern Studies*, cerca de cinquenta autores publicaram na série. Cf. David Ludden, “A Brief History of Subalternity” in David Ludden (ed.), *Reading Subaltern Studies: Critical Histories, Contested Meanings, and the Globalization of South Asia* (London: Anthem Press, 2002), p. 1.

4 Em 1994, por divergir dos rumos que o projeto havia tomado, Sumit Sarkar deixou os SSG e, em 1996, os seguintes estudiosos se incorporaram ao coletivo editorial: Sudipta Kaviraj, Shail Mayaram, M. S. Pandian, Gyan Prakash, Ajay Skaria, Gayatri Spivak e Susie Tharu. Cf. Vinayak Chaturvedi, “Introduction” in Vinayak Chaturvedi (ed.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (London: Verso, 2000), p. 10.

todas as instituições, desde conselhos de aldeia e prefeituras até escolas e fábricas, onde homens e mulheres mais velhos estavam em posição de autoridade, não tinham conseguido garantir aos jovens um futuro menos sombrio do que o passado em que cresceram quando crianças.⁵

Esse mesmo encontro geracional e essa mesma desilusão estavam, ainda de acordo com Guha, também presentes entre os intelectuais fundadores dos SSG, sendo ele, com cerca de vinte e cinco anos a mais que os outros, o representante da geração mais velha. Dois episódios teriam sido especialmente marcantes na intensificação dessa desilusão. O primeiro foi a dura repressão, entre 1968 e 1971, das forças do Estado ao *Movimento Naxal*, insurgência camponesa indiana inspirada na Revolução Chinesa e nas ideias de Mao Tsé-Tung, que contou com grande adesão nos meios rurais e apoio significativo em áreas urbanas.⁶ O segundo foi a decretação, em um cenário de efervescentes manifestações sociais, do “Estado de emergência”, entre 1975 e 1977, por Indira Gandhi, primeira-ministra e líder do Congresso Nacional Indiano, principal partido da luta pela independência do país.⁷ Durante quase dois anos, as liberdades democráticas na Índia foram severamente limitadas, incluindo a prisão de dezenas de milhares de opositores do regime. Em relação aos partidos comunistas indianos – o *Communist Party of India* (CPI), de linha moscovita, e o *Communist Party of India (Marxist)* (CPI[M]), de linha chinesa – os SSG não viam também motivo para empolgação. Ambos haviam, por exemplo, apoiado as violentas operações estatais contra o *Movimento Naxal*. Por isso, no fim dos anos 1970, ainda que se vissem como marxistas, os SSG mantinham distância dos partidos comunistas indianos.⁸

Para os fundadores dos SSG, episódios como a repressão ao *Movimento Naxal* e a decretação do “Estado de emergência” indicavam a

5 Ranajit Guha, “Gramsci in India: homage to a teacher”, *Journal of Modern Italian Studies*, v. 16, n. 2 (2011), pp. 288-295,  . p. 290. Esta e as demais traduções do inglês para o português neste artigo são de nossa autoria.

6 Chatuverdi, “Introduction”, p. 9.

7 Ludden, “A Brief History of Subalternity”, p. 11.

8 Guha, “Gramsci in India”, p. 289.

enorme distância entre as elites dirigentes e o povo, evidenciando que o principal aparato de dominação colonial, o Estado, havia sido transferido intacto para a república independente criada em 1947.⁹ A constatação dessa profunda alienação, que levava o povo crescentemente a ver o Estado nacional indiano como um inimigo, colocava uma série de questões para o reexame do passado e do presente.¹⁰

Foi neste contexto que, com o lançamento de *Subaltern Studies I*, em 1982, o coletivo de historiadores apresentou como seu objetivo principal revisar o viés elitista tanto da historiografia (neo)colonialista britânica quanto da historiografia nacionalista local sobre a Índia colonial e o movimento de libertação que levou à independência do país do sul asiático.¹¹ Ambas, segundo Guha, compartilhavam o “preconceito de que a construção da nação indiana e o desenvolvimento da consciência – nacionalismo – que informou esse processo foram exclusivamente ou predominantemente realizações da elite”. No caso da vertente britânica, essas conquistas eram atribuídas aos governantes coloniais, suas políticas, instituições e cultura, que teriam produzido uma elite indiana “civilizada” capaz de se autogovernar.¹² Esta, dividida em facções que disputavam os recursos do Estado, teria simplesmente mobilizado, por meio de relações de clientelismo, a massa camponesa no processo de luta pela independência. Já nos escritos da historiografia nacionalista burguesa, assumiam

9 Guha, “Gramsci in India”, p. 291.

10 Partha Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’: Subaltern Studies after Spivak” in Rosalind C. Morris (ed.), *Can the Subaltern Speak?: Reflections on the History of an Idea* (New York: Columbia University Press, 2010), pp. 110-111.

11 Salvo quando houver outra indicação explícita, para as citações que se seguem neste parágrafo, cf. Ranajit Guha, “On Some Aspects of the Historiography of Colonial India” in Ranajit Guha (ed.) *Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society* (Delhi: Oxford University Press, 1982), pp. 1-8. Grifos no original.

12 No contexto indiano, as interpretações historiográficas que se apoiam nesses pressupostos são geralmente aglutinadas sob o rótulo de Cambridge School. Em suas versões da segunda metade do século XX, essa “escola historiográfica” procurou se centrar no papel desempenhado pelas instituições educacionais britânicas, sendo frequentemente citada como uma das obras mais influentes da abordagem Anil Seal, *The Emergence of Indian Nationalism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

a linha de frente as ações e as ideias de ilustres personalidades da elite indiana, as quais apareciam como líderes sábios e iluminados guiando as massas adormecidas. Os dois ramos de produção historiográfica, continua Guha, não tinham sido capazes de reconhecer e muito menos de interpretar “a contribuição feita pelo povo *por si mesmo*, isto é, *independente da elite* para construir e desenvolver o nacionalismo”. Para Guha, o que as historiografias elitistas ignoravam era a existência de uma “*política do povo*”, de um “domínio *autônomo*, pois não se originava na política de elite e nem sua existência dela dependia”, no qual os atores principais eram “as classes subalternas e os grupos constituintes da massa da população trabalhadora e os estratos intermediários na cidade e no campo – isto é, o povo”. Esse “domínio da política subalterna” teria existido ao longo de todo o período colonial em “paralelo ao domínio da política de elite”, configurando-se uma “*dicotomia estrutural*”. Isso significava que havia “vastas áreas na vida e consciência do povo que nunca foram integradas na hegemonia da elite”. A coexistência desses dois domínios era, na visão de Guha, indício de “uma importante verdade histórica”: o “fracasso da burguesia indiana em falar pela nação”. Mais amplamente, afirma Guha, o que se constata, no caso indiano, é o “fracasso histórico da nação em se realizar”, uma vez que a “burguesia tinha fracassado em realizá-la” e que “a classe operária não era ainda suficientemente madura nas condições objetivas de seus ser social e em sua consciência de classe-para-si, nem estava firmemente aliada ainda com o campesinato”.¹³

Na nova proposta analítica, assumia centralidade a categoria gramsciana “subalterno”, definida por Guha, em *Subaltern Studies I*, como “a diferença demográfica entre o total da população indiana e todos aqueles

13 Analisando os termos utilizados por Guha nessas definições fundadoras dos SSG, um acerbo crítico do coletivo afirma que: “O apego de Guha à ideia de que um observador pode conhecer a verdade essencial de uma identidade coletiva e até mesmo a totalidade de todas as identidades sociais é ainda pior do que o marxismo vulgar, que pelo menos trabalhava com classes (definidas pela posse de propriedade) em vez de “estratos” vagos presos em relações de poder puras e não mediadas. Cf. John Roosa, “When the Subaltern Took the Postcolonial Turn”, *Journal of the Canadian Historical Association*, v. 17, n. 2 (2006), pp. 130-47,  p. 135.

que descrevemos como ‘elite’ [isto, é “os grupos *dominantes*, estrangeiros assim como os nativos”]”.¹⁴ No prefácio da mencionada obra, Guha afirmava que o grupo estava interessado em todos os “aspectos materiais e espirituais” da condição subalterna.¹⁵ Além disso, indicando um distanciamento em relação ao arcabouço marxista clássico, declarava-se que a subordinação objeto de análise não se resumiria à classe social, estendendo-se a “casta, gênero, cargo ou de qualquer outra forma”. Ainda no mesmo texto, Guha também salientava que a ênfase nos subalternos não significava que os “grupos dominantes” seriam ignorados, uma vez que eram imprescindíveis para se pensar a subordinação, mas receberiam “a consideração que eles merecem sem, entretanto, serem agraciados com a primazia espúria atribuída a eles pela bem estabelecida tradição de elitismo nos estudos do sul da Ásia”.

Entre as abordagens elitistas da historiografia indiana, Guha não menciona, explicitamente, a substancial produção elaborada pelo marxismo local nas décadas anteriores.¹⁶ Contudo, é preciso lembrar que, já nos anos 1940, intelectuais marxistas condenavam o Congresso Nacional Indiano (CNI), visto como uma organização burguesa, por trair a causa anticolonial e se recusar a representar os camponeses e operários. No começo dos anos 1950, endurecendo o tom da crítica, a liderança do *Communist Party* não hesitava em rotular o novo governo da Índia recém-independente, liderado pelo CNI, de “marionete do neocolonialismo”, posição abrandada nos anos seguintes em nome da defesa da “unidade nacional”. Na década de 1960, em razão das sucessivas divisões nos partidos comunistas indianos, a historiografia por eles produzida tornou-se crescentemente sectária. Na mesma época, no contexto acadêmico, a teorização da revolução camponesa ganhou

14 Guha, “On Some Aspects of the Historiography”, p. 8.

15 Para as citações que se seguem neste parágrafo, cf. Ranajit Guha, “Preface” in Ranajit Guha (ed.) *Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society* (Delhi: Oxford University Press, 1982), p. vii.

16 Salvo quando houver outra indicação explícita, para descrição que se segue neste parágrafo, cf. Roosa, “When the Subaltern Took the Postcolonial Turn”, p. 134. Segundo Roosa, os *Subaltern Studies* também obliteraram a atuação de militantes comunistas junto aos camponeses indianos nos anos 1920 e 1940.

terreno, com significativa quantidade de estudos de lutas camponesas sendo produzidos nos anos 1970.¹⁷ Na medida em que os SSG apresentavam sua abordagem como algo absolutamente novo, pelo menos no contexto indiano, é possível concluir que eles, ainda que não expusessem abertamente isso naquele momento, entendiam que a produção marxista local também não teria sido capaz de se livrar das armadilhas do “elitismo”.¹⁸

Para Guha, em avaliação retrospectiva, o tom iconoclasta e disruptivo desse momento fundacional dos *Subaltern Studies* devia-se muito à condição, naquele momento, de *outsiders* dos membros do grupo, em termos de constrangimentos institucionais, intelectuais e políticos.¹⁹ Seguramente, essa descrição de Guha precisa ser relativizada. Por um lado, sua afirmação é corroborada, por exemplo, pelo fato de que, no momento de fundação dos SSG, seus membros não ocupavam posições de destaque e de poder nas mais prestigiosas instituições universitárias indianas ou britânicas. Por outro lado, é pouco crível, por exemplo, que uma editora relevante como a Oxford University Press viesse a aceitar a proposta de publicar, no começo dos anos 1980, o que seriam, inicialmente, três volumes de ensaios intitulados *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society*²⁰ sem que o grupo proponente do empreendimento dispusesse de vínculos institucionais significativos e de alguma inserção em bem sedimentadas tradições intelectuais. No que diz respeito aos vínculos, é preciso lembrar que boa parte dos fundadores dos SSG mantinham conexões com importantes universidades da Inglaterra, da Austrália e da Índia, vindo o próprio projeto intelectual a ganhar seus contornos, em fins dos anos 1970,

17 Ludden, “A Brief History of Subalternity”, pp. 5, 15-16.

18 Como veremos mais à frente, os historiadores subalternistas explicitarão, posteriormente, que sua oposição às linhagens predominantes na produção marxista indiana devia-se ao fato de que elas seriam teleológicas, esvaziando os movimentos subalternos de seus tipos específicos de consciência e prática, os quais eram subsumidos em um modelo de desenvolvimento de consciência de classe. Cf. Rosalind O’Hanlon, “Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of Resistance in Colonial South Asia”, *Modern Asian Studies*, v. 22, n. 1 (1988), pp. 189-224,  p. 193.

19 Ranajit Guha, “Introduction” in Ranajit Guha (ed.), *A Subaltern Studies Reader, 1986-1995* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997), p. xiv.

20 Ludden, “A Brief History of Subalternity”, pp. 1, 29.

na Inglaterra, local onde Guha vivia, uma vez que, entre 1962 e 1981, esteve vinculado à University of Sussex.²¹ Além disso, desde o final da década de 1970, alguns dos fundadores dos SSG estavam profissionalmente ligados ao Centre for Studies in Social Sciences, Calcutta (CSSS), instituição que havia sido recentemente criada e lhes oferecia um ponto de articulação em território indiano.²² No que tange à inserção dos fundadores dos SSG em sólidas tradições intelectuais, pelo menos três vertentes precisam ser mencionadas.

A primeira diz respeito ao contexto intelectual bengali, com o qual muitos dos fundadores dos SSG mantinham estreitas conexões, sendo particularmente importantes dois fenômenos da segunda metade do século XX.²³ Um deles é a onda inicial de recepção sistemática da obra de Gramsci na Índia no final dos anos 1950, processo liderado pelo importante historiador bengali Susobhan Sarkar, o qual foi professor de Ranajit Guha no Presidency College (Calcutá), instituição onde debateu a obra do marxista sardo com seus estudantes. Em 1968, Sarkar, com quem Guha veio a trabalhar na *Jadavpur University* e a quem dedicou seu primeiro livro (*A Rule of Property for Bengal*, 1963), publicou *The Thought of Gramsci*, revelando a continuidade de seu engajamento com a obra do pensador italiano.²⁴ O outro fenômeno é a consistente produção de historiadores bengalis que, desde meados dos anos 1970, já se mostravam críticos a reformadores sociais indianos de elite do século XIX por vê-los “constrangidos pelo contexto colonial e incapazes de entrar em qualquer coisa que não seja um envolvimento acrítico com a modernidade ocidental”.²⁵

21 Chatuverdi, “Introduction”, p. 6.

22 Os CSSS foram criados nos anos 1970 em diversas províncias indianas. Mantidos com recursos estatais, eles tinham como objetivo investigar problemas de transição para o capitalismo e transformação burguesa nos níveis econômico, político e cultural. Cf. CSSS, *Early Years*, (Calcutta, 2023). Disponível em [\[link\]](#) (Acesso em 06 fev. 2025).

23 Henry Schwarz, “Subaltern Studies: Radical History in the Metaphoric Mode” in David Ludden (ed.), *Reading Subaltern Studies: Critical Histories, Contested Meanings, and the Globalization of South Asia* (London: Anthem Press, 2002), p. 305.

24 Chatuverdi, “Introduction”, p. 6.

25 Vinay Lal, “Walking with the Subalterns, Riding with the Academy: The Curious Ascendancy of Indian History”, *Studies in History*, v. 17, n. 1 (2001), pp. 101-133,

A segunda tradição intelectual está relacionada também às repercussões da apropriação da obra gramsciana, mas agora no contexto do marxismo inglês, movimento que ganhou intensidade nos anos 1960 e foi acompanhado de perto por alguns dos fundadores dos SSG, mais uma vez destacando-se a figura de Guha. Os trabalhos pioneiros de Eric Hobsbawm, mobilizando conceitos gramscianos na análise de sociedades camponesas, tiveram, por exemplo, grande influência no historiador indiano. As meticolosas análises de Perry Anderson e Tom Nairn do pensamento gramsciano nas páginas da *New Left Review* também não passaram despercebidas. No fim dos anos 1970, foi a vez de Raymond Williams e Stuart Hall se engajarem profundamente com a obra do pensador italiano, desenvolvendo elaboradas reflexões, por exemplo, sobre a questão da hegemonia, problemática que também se mostraria bastante relevante para Guha.

A terceira tradição intelectual bem estabelecida à qual a fundação dos SSG se vinculava foi a da “história vista de baixo” britânica, representada pela produção de historiadores sociais marxistas como E. P. Thompson, Christopher Hill e Rodney Hilton, os quais, no fim dos anos 1970, já eram internacionalmente reconhecidos por seus estudos, fortemente atentos à dimensão cultural, sobre as experiências históricas de operários, camponeses e pessoas comuns.²⁶

Nos quatro primeiros volumes da série *Subaltern Studies*, é visível a predominância do alinhamento com o arcabouço da história social da cultura²⁷ na produção de um certo tipo de “história vista de baixo” sobre a Índia dos séculos XIX e XX, centrada na figura do camponês rebelde como sujeito político que faz a sua própria história. Contudo, ainda que a luta

 . pp. 107-108.

26 Chatuverdi, “Introduction”, pp. 7-8. Chatuverdi aponta que o debate capitaneado, a partir da segunda metade dos anos 1970, por Robert Brenner sobre a transição do feudalismo para o capitalismo teve um papel significativo, “ainda que menos decisivo” do que aquele da “história vista de baixo”, na fundação dos *Subaltern Studies*.

27 Em um dos textos fundadores do projeto, Guha, por exemplo, não hesitou em afirmar que: “Haverá muito nestas páginas que deverá se relacionar com a história, a política, a economia e a sociologia da subalternidade, bem como com as atitudes, ideologias e sistemas de crenças – em suma, a cultura que informa essa condição.” Cf. Ranajit Guha, “Preface”, p. vii.

de classes ocupasse um lugar explicativo de destaque, já era visível nessa produção inicial um interesse por outras abordagens para a análise cultural, revelando insatisfações com certos limites da analítica de classes marxista.²⁸

Em novembro de 1982, alguns meses após a publicação de *Subaltern Studies I*, os membros do coletivo e outros convidados reuniram-se em uma conferência na *Australian National University* (Canberra) para discutir os artigos que iriam integrar *Subaltern Studies III*, possibilitando-nos vislumbrar alguns debates internos daquele momento.²⁹ Provavelmente repercutindo discussões em torno da primeira publicação do coletivo, a principal questão que emergiu no evento dizia respeito ao significado e à utilidade do termo “subalterno” e porque ele seria preferível a categorias como “classe trabalhadora”, “camponeses ricos, de classe média e pobres” etc. Sumit Sarkar destacou que o termo “subalterno” tinha a vantagem de não trazer em si a pressuposição de que há uma consciência de classe desenvolvida entre as classes subordinadas do sul da Ásia. Partha Chatterjee defendeu que o conceito não deveria ser intercambiável por outros como “camponeses” e “massas”, sendo ele uma categoria dialética importante para o repensar dos estudos das classes subordinadas. Chakrabarty, por sua vez, comentou que o conceito de “subalternidade” não procurava abranger tudo, não sendo um substituto para a “análise de classe” e que era preciso o uso de outras categorias, como “exploração”. Houve também discussões sobre a consciência subalterna, salientando Guha que ela consistia em uma interação entre “resistência e colaboração”, tendo sido o segundo elemento negligenciado em *Subaltern Studies I*, o que exigia uma correção que já estava em andamento para o volume em elaboração. Na reflexão sobre os textos que integrariam *Subaltern Studies III*, os artigos de Chatterjee e

28 Vinayak Chaturvedi, “A Critical Theory of Subalternity: Rethinking Class in Indian Historiography”, *Left History*, v. 12, n. 1 (2007), pp. 9-28,  pp. 10, 14-15. Embora com muito menos frequência que o campesinato, o operariado urbano também foi investigado nos primeiros volumes de *Subaltern Studies*, destacando-se os textos de Dipesh Chakrabarty.

29 Para a síntese que se segue neste parágrafo, cf. *Economic and Political Weekly*, “The Subaltern in South Asian History and Society: Report of a Conference”, *EPW*, v. 18, n. 9 (1983), pp. 299-301, .

Pandey foram criticados por se afastarem da ênfase em camponeses e trabalhadores, o que, argumentaram alguns dos presentes, deveria ser o foco dos estudos subalternos. Por fim, em seu relato sobre o evento, o enviado de um importante periódico indiano ressaltou que havia, na conferência, “um sentimento de que os historiadores precisavam ter aulas de estudos de linguística e semiótica”. Especialmente em relação ao estudo da “cultura e consciência subalternas”, os autores dos artigos admitiram que havia a necessidade de uma “análise mais sofisticada dos textos”.

Entre 1982 e 1988, a recepção aos *Subaltern Studies* esteve, fundamentalmente, limitada ao contexto indiano, sendo dominada por debates sobre aproximações e distanciamentos da nova produção historiográfica em relação ao marxismo. Inicialmente, os volumes foram resenhados separadamente, mas, em poucos anos, passaram a ser analisados em bloco. Ainda em 1982, veio a lume a primeira resenha de *Subaltern Studies I*, publicada em *Social Scientist*, influente periódico marxista com vínculos com o Communist Party of India (Marxist) que se tornaria, pelos próximos anos, o principal espaço de debates em torno da produção dos historiadores subalternistas.³⁰ Chopra, autor dessa primeira resenha, centraria sua crítica em um ponto que, de diferentes modos, seria repetido em muitas outras apreciações negativas dos *Subaltern Studies*: o de que eles fariam um uso “incorreto” do pensamento gramsciano. Tanto os conceitos de subalterno quanto o de elite, por exemplo, seriam empregados de modo inadequado. O primeiro seria incompatível com a radical autonomia que os historiadores subalternistas postulavam para a consciência camponesa. O segundo seria erroneamente aplicado somente para as classes dominantes, quando, para Gramsci, outras classes sociais também poderiam ter suas elites, no sentido de suas vanguardas revolucionárias. Em 1983, em outra resenha sobre *Subaltern Studies I*, também publicada no já mencionado periódico, denunciava-se com indignação a “deplorável” atitude “desdenhosa” de Guha ao classificar como elitista toda a “tradição de entendimento

30 Suneet Chopra, “S. Missing the Correct Perspective”, *Social Scientist*, v. 10, n. 8 (1982), pp. 55-63, [doi](#).

histórico marxista da Índia”.³¹ Além disso, na visão de Alam, o principal problema da abordagem dos historiadores subalternistas seria o pressuposto de um “domínio autônomo” da subjetividade/consciência dos subalternos, negando qualquer possibilidade de manipulação, incitação e confusão por parte das classes dominantes e minimizando a necessidade de ações militantes de educação, propaganda e agitação que viabilizem a “unidade de teoria e prática” para a transformação social. Assim, Alam concluía que a perspectiva dos autores subalternistas estaria distante da “teoria revolucionária marxista desenvolvida por Lênin e levada adiante pela experiência comunista mundial”.

Ainda em 1983, Chatterjee, em defesa dos *Subaltern Studies*, decidiu responder às críticas de Chopra e Alam. Após afirmar que, entre os historiadores do coletivo, havia pouco de pressuposto compartilhado, com exceção de uma certa insatisfação com as ortodoxias historiográficas atuais, Chatterjee esclarece que, nos textos de *Subaltern Studies I*:

Quando se argumenta que as classes subalternas habitam um domínio autônomo, a implicação não é que elas não sejam dominadas. Pelo contrário, é precisamente para conceituar essa dominação como uma *relação de poder* que se deve identificar a autonomia das classes subalternas. A dominação deve existir dentro de uma relação. Os grupos dominantes, em seu exercício de dominação, não consomem e destroem as classes dominadas, pois então não haveria *relação de poder* e, portanto, nenhuma dominação. Para que a dominação exista, as classes subalternas devem necessariamente habitar um domínio que seja seu, o que lhes dá sua identidade, onde elas existem como uma forma social distinta, onde podem resistir ao mesmo tempo em que são dominadas. É somente então que se pode falar sobre a dominação como uma relação, como um processo, como um movimento que emerge de uma *oposição*.³²

Para Chatterjee, as críticas de Alam eram marcadas por fortes concepções teleológicas e funcionalistas, reforçando a justeza de se

31 Javeed Alam, “Peasantry, Politics, and Historiography: Critique of New Trend in Relation to Marxism”, *Social Scientist*, v. 11, n. 2 (1983), pp. 43-54, .

32 Partha Chatterjee, “Peasants, Politics and Historiography: A Response”, *Social Scientist*, v. 11, n. 5 (1983), pp. 58-65,  p. 59. Grifos no original.

classificar as “vertentes dominantes da escrita histórica marxista na Índia” entre as abordagens historiográficas elitistas. Igualmente presentes no pensamento de Alam, estariam noções nascidas do racionalismo iluminista, como “progresso histórico” e “história universal”, as quais, no final do século XX, já seriam difíceis de se sustentar. Por fim, Chatterjee convida ao rompimento com “falsas totalidades ideológicas”, como a escrita de uma história das “colônias em termos de uma oposição nacional-colonial” única e universal.

Em 1984, foi a vez de *Subaltern Studies II* ser minuciosamente escrutinado nas páginas de *Social Scientist* por uma coalizão de oito acadêmicos da Delhi University.³³ As baterias de ataque voltaram-se, especialmente, para Guha e, mais uma vez, ganhou centralidade a questão da consciência/subjetividade subalterna, sendo o historiador indiano acusado de “idealismo”, pois ele tomaria a consciência camponesa como um fenômeno supra-histórico, uma vez que “ela não é determinada por quaisquer forças históricas objetivas”. Além disso, para os resenhistas, do ponto de vista teórico-metodológico, Guha adotaria uma “análise linguística” – cuja introdução na análise histórica seria “incapacitante” – que opera no terreno da metodologia fenomenológica, a qual reconheceria apenas experiência/existência como categorias legítimas e se interessaria apenas pelos significados que os participantes atribuem às rebeliões camponesas. Avançando para outros artigos de *Subaltern Studies II*, os resenhistas pareciam particularmente empenhados em salientar o que seriam limitações da abordagem subalternista, ganhando destaque: a) os efeitos homogeneizantes da categoria subalterno (borrando e ignorando diferenciações internas); b) as dificuldades em explorar as maneiras pelas quais “subalternos” e “elites” interagem; c) a falta de consideração adequada dos “níveis nacional e internacional da história”, os quais acabariam assumindo a condição de “pano de fundo passivo”; e d) o uso intensivo de “fontes imperialistas”, ignorando a disponibilidade, por exemplo, de evidências orais para se lidar com diversos

33 Para a síntese que se segue, cf. Sangeeta Singh, S. et al., “Subaltern Studies II: A Review Article”, *Social Scientist*, v. 12, n. 10 (1984), pp. 3-41, .

temas. Ao longo da resenha, evidenciando grande sintonia com os debates europeus, os resenhistas recorreram, para sustentar suas críticas, a historiadores sociais marxistas britânicos (Rodney Hilton e Christopher Hill) e a textos de, entre outros, L. Althusser, L. Goldmann e C. Lévi-Strauss.

Também em 1984, veio a lume *Subaltern Studies III*, encontrando um ansioso público de leitores. No ano seguinte, em resenha originalmente publicada em *Indian Historical Review*, R. D. Gupta, sugerindo um ainda acalorado contexto de recepção indiano, classificava a produção do coletivo subalterno como “fortemente controversa”.³⁴ Mesmo após a publicação de três volumes de artigos, Gupta entendia que ainda era uma questão em aberto em que medida a existência e o significado de um “domínio autônomo” dos subalternos tinham sido estabelecidos ou provados pelos historiadores do coletivo. Embora também apontasse as dificuldades dos estudos subalternos em analisar as interações entre os dois domínios (subalternos e elites), Gupta preferia salientar que a abordagem dos membros do coletivo enfocava não apenas classe, mas um amplo leque de “coletividades e vínculos sociais”, tais como parentesco, religião, casta, comunidade, tribo e língua. Essa ênfase era vista por Gupta como fundamental, pois, apesar das profundas transformações sociais durante o controle colonial britânico, tais coletividades “continuavam a existir vigorosamente”, desenvolvendo até mesmo novas formas e conteúdos. Tal abordagem, contudo, não deveria resultar no abandono ou substituição de categorias de classe e de luta de classes.

Em 1984, o historiador subalternista David Arnold decidiu, ainda que sem mencioná-los, responder aos críticos indianos que atacavam o modo como os SSG se apropriavam de conceitos gramscianos, demonstrando, ao mesmo tempo, as inovadoras possibilidades que a obra do marxista sardo poderia trazer aos estudos sobre o campesinato.³⁵ Em sua empreitada,

34 Para a síntese que se segue, cf. Ranajit Das Gupta, “Significance of Non-Subaltern Mediation” in David Ludden (ed.), *Reading Subaltern Studies: Critical Histories, Contested Meanings, and the Globalization of South Asia* (London: Anthem Press, 2002), pp. 108-120.

35 David Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India”, *The Journal of Peasant Studies*, v. 11, n. 9, (1984), pp. 155-177, .

Arnold acabava por resenhar *Subaltern Studies I, II e III* nas páginas do periódico britânico *The Journal of Peasant Studies*, colaborando para dar visibilidade internacional a um projeto intelectual que, até então, repercutira, fundamentalmente, no contexto historiográfico indiano. Segundo Arnold, assim como em *Subaltern Studies*, nos escritos gramscianos, o campesinato aparecia como uma força viva em termos políticos, sociais e culturais, demandando cuidadosa investigação. Em ambas as produções também se notava a grande atenção à consciência e às dimensões culturais/ideológicas, indicando-se a importância de uma cultura subalterna compartilhada como base para a ação coletiva. Contudo, o historiador britânico reconhecia que, para Gramsci, a cultura subalterna é largamente derivada daquela das classes dominantes, carecendo os grupos subalternos de autonomia, a qual seria uma característica própria das classes hegemônicas. Na teoria da hegemonia do marxista sardo, continua Arnold, predomina a visão de um controle político, cultural e ideológico quase total por parte das elites sobre as classes subalternas. Tal entendimento não era, de modo algum, compartilhado pelos historiadores dos SSG. Estes tendiam a “ir além de Gramsci na identificação de um grau maior de autonomia e coesão interna na política camponesa da Índia moderna do que ele viu na Itália”, havendo uma série de características específicas do contexto colonial indiano que possibilitavam esse fenômeno, o que vinha sendo demonstrado pelos historiadores subalternistas por meio de evidências empíricas e teorizações mais gerais.³⁶

Arnold lembra que, desde as declarações fundadoras dos SSG, Guha já falava em um domínio subalterno da política largamente autônomo do da elite, sendo aquele particularmente expresso por meio de rebeliões, motins e movimentos populares, indícios incontestáveis dos modos autônomos de pensar e agir dos subalternos. Para Guha, ainda que, de tempos em tempos, os domínios políticos das elites e dos subalternos interagissem, eles nunca se tornaram completamente integrados, pois nem os colonizadores britânicos,

36 Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India”, p. 175. O próprio Guha admitiu, em mais de uma ocasião, que “para nos beneficiarmos das lições de Gramsci nós tivemos que adaptá-las à experiência indiana”. Cf. Guha, “Gramsci in India”, p. 291.

nem as elites burguesas indianas que conduziram o processo de independência estabeleceram uma hegemonia efetiva sobre a sociedade indiana em sua totalidade. Segundo Arnold, ação similar à de Guha para contrabalançar a inclinação determinista nos escritos de Gramsci sobre hegemonia poderia ser vista em recentes textos de E. P. Thompson e Raymond Williams. O primeiro, em artigo sobre a sociedade rural inglesa do século XVIII, teria notado importantes dissociações e mesmo antagonismos entre a política e a cultura da elite e a de grupos subalternos, sustentando que a hegemonia exercida pelos “patrícios” não seria uma estrutura de dominação rígida e automática, capaz de tudo determinar.³⁷ Em outra obra recente, Williams³⁸ também teria alertado contra um entendimento de hegemonia como dominação ideológica e política absoluta de uma sociedade, havendo sempre valores e práticas contra-hegemônicos resistindo, restringindo e qualificando as operações da ordem hegemônica. Para Arnold, ao combater “uma inclinação determinista nos escritos de Gramsci sobre hegemonia, Thompson, Williams e Guha reafirmaram a natureza histórica, humanista e dialética da posição política e filosófica básica do marxista sardo”.³⁹ Por fim, Arnold admite que, em sua ânsia de confrontar as vertentes elitistas da historiografia indiana sobre o campesinato, os *Subaltern Studies* concentraram-se, basicamente, no estudo de aspectos que revelavam a iniciativa e autoafirmação dos subalternos – em geral, por meio da investigação de rebeliões, motins e insurreições –, sendo pouco explorados os constrangimentos que atuavam sobre o domínio político subalterno e dada pouca atenção aos “noventa e nove por cento do tempo em que os camponeses não são insurgentes ou assertivos”.⁴⁰ Arnold concordava que esse era um desequilíbrio que precisava ser corrigido.

37 Edward P. Thompson, “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Cass?”, *Social History*, v. 3, n. 2 (1978), pp. 133-165, .

38 Raymond Williams, *Marxism and Literature*, Oxford: Oxford University Press, 1977.

39 Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India”, pp. 165-166. Para detalhado estudo sobre as apropriações de Gramsci pelos *Subaltern Studies*, cf. Camila M. Góes, “Existe um pensamento político subalterno?: um estudo sobre os *Subaltern Studies* (1982-2000)”, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, .

40 Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India”, pp. 168-169.

Lançado em 1985, *Subaltern Studies IV*⁴¹ foi, pouco tempo depois, já resenhado nas páginas de *Indian Historical Review*, assinalando a crescente expectativa e interesse de parte da comunidade indiana de historiadores em relação à produção do coletivo subalternista.⁴² Além das já recorrentes discussões sobre o modo como os SSG lidavam com a questão da autonomia dos subalternos, ganhou destaque na resenha o duríssimo tom reservado ao artigo de Gayatri Spivak.⁴³ Classificada como “desconcertantemente obscura”, a proposta da crítica literária indiana de aplicar “recentes avanços da linguística” ao exame de alguns dos postulados da historiografia subalternista pareceu a Chaudhuri uma discussão quase esotérica, sugerindo pouco interesse e muita resistência às abordagens pós-estruturalistas e desconstrucionistas esposadas pela autora.⁴⁴

Nos anos seguintes, *Subaltern Studies IV* seria objeto de diversas outras resenhas. Exploraremos aqui três delas, duas escritas por professores da University of Cambridge – indicando-nos uma recepção já significativa da produção subalternista na academia britânica – e outra escrita por uma coligação de intelectuais indianos. Iniciemos pelos britânicos, a novidade daquele momento. Rosalind O’Hanlon, professora do Centre of South Asian Studies, optou pela estratégia de resenhar simultaneamente os quatro primeiros volumes de *Subaltern Studies*. De acordo com a historiadora britânica, já era amplamente aceito, naquele momento, que os SSG tinham apresentado as intervenções mais provocativas e interessantes dos últimos anos no contexto da historiografia social do sul da Ásia colonial. Para a historiadora britânica, ainda que incorporasse muitos dos temas do pós-estruturalismo e do marxismo clássico, o projeto dos SSG não se construía simples e diretamente a partir

41 Ranajit Guha (ed.), *Subaltern Studies IV: Writings on South Asian History and Society*, Delhi: Oxford University Press, 1985.

42 Binay B. Chaudhuri, “Subaltern Autonomy and the National Movement”, *Indian Historical Review*, v. 12, n. 1-2 (1985-1986), pp. 391-399, doi.

43 Gayatri C. Spivak, “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography” in Ranajit Guha (ed.), *Subaltern Studies IV: Writings on South Asian History and Society* (Delhi: Oxford University Press, 1985), pp. 330-63.

44 Para uma apreciação sintética do pós-estruturalismo, cf. Catherine Belsey, *Poststructuralism*, Oxford: Oxford University Press, 2022; e James Williams, *Pós-estruturalismo*, Petrópolis: Vozes, 2012.

dessas bases, mas a partir do ponto de vista do “subordinado da sociedade colonial”. Essa abordagem seria marcada por uma grande tensão epistemológica, pois, ao mesmo tempo em que se atacava o historicismo ocidental, a figura clássica do humanismo ocidental – isto é, o indivíduo auto-originado, autodeterminado, dotado de consciência soberana, um agente em seu poder de liberdade – entrava pela porta dos fundos na figura do próprio subalterno, havendo, portanto, nos *Subaltern Studies* uma oscilação entre a manutenção e a desconstrução do “sujeito-agente unitário clássico auto-constituente do humanismo liberal”. Nesse sentido, os problemas epistemológicos enfrentados pelo projeto subalternista seriam similares àqueles com os quais se confrontava a história social de matriz thompsoniana.⁴⁵

Christopher Bayly, outro professor de *Cambridge*, também analisando em bloco os quatro primeiros volumes de *Subaltern Studies*, começa apontando o fato de que os historiadores subalternistas “não teriam ainda mobilizado uma massa de novos materiais estatísticos e registros nativos e nem teriam feito muito uso das técnicas de história oral para suplementar a documentação colonial”, sendo essa última o principal conjunto de fontes empregado pelos historiadores subalternistas. Igualmente, seria possível notar nos *Subaltern Studies* a ausência de “qualquer desenvolvimento em termos de teoria”. Haveria nos livros um grande ecletismo teórico-metodológico, com menções a autores que vão de Marx e Gramsci a Foucault e Derrida, estando as referências a esses dois últimos autores – classificados por Bayly como “pós-estruturalistas” e “anti-humanistas” franceses – em desacordo com a análise histórica predominante nos *Subaltern Studies*, a qual enfatizaria a “consciência soberana” e a “economia moral”. Tal tipo de análise, continua Bayly, teria muito de E. P. Thompson, o que não necessariamente se expressaria em um grande volume de referências explícitas à obra do historiador inglês, uma vez que, no contexto de emergência dos SSG, ser “chique” exigia que “intelectuais indianos citassem gurus franceses e não anglo-saxônicos”. Para Bayly, um aspecto especialmente grave na abordagem dos SSG é que eles interpretariam a consciência

45 O’Hanlon, “Recovering the Subject”, pp. 190, 191, 196-197, 199-200.

camponesa como separada de seu contexto histórico particular e como dotada de uma unidade essencial, havendo pouco espaço para a discussão sobre a transformação histórica. Por fim, o historiador inglês aponta que, provavelmente, a maior fraqueza da orientação subalternista é que ela tende a frustrar a escrita de uma história totalizante – incluindo política de elite, instituições, distinções econômicas e sociais entre os camponeses etc. – tão eficazmente quanto o fez a criticada abordagem “elitista”. A busca contínua por enfatizar a autonomia camponesa faria com que diversas outras dimensões do processo histórico não fossem devidamente analisadas e incorporadas à narrativa, pois, se isso fosse feito, elas colocariam limites à autonomia subalterna, exatamente o que os SSG queriam evitar.⁴⁶

Os debates em torno da produção dos SSG continuaram também a todo vapor na historiografia indiana, como nos mostra uma extensa resenha resultado da colaboração de treze estudiosos, quase todos da Delhi University.⁴⁷ A própria dimensão da coalizão formada para a tarefa revelava, por si só, o lugar de destaque que a produção dos historiadores subalternistas havia alcançado no contexto local. Mais uma vez, as páginas de *Social Scientist* seriam o terreno do debate. Os autores mostraram-se respeitosos – e até elogiosos em algumas passagens – em relação à produção dos SSG, analisando meticulosamente cada artigo e demonstrando abertura para a interlocução. Frequentemente articuladas a partir de posições marxistas mais formalistas/ortodoxas, as críticas não deixaram, contudo, de ser formuladas, apontando-se como importantes problemas da abordagem do coletivo subalternista: a) o descolamento da cultura das relações econômicas e sociais; b) a predominância da visão do mundo subalterno como algo fechado em si mesmo, limitando a análise das interações com as elites e a investigação da história como totalidade; c) os efeitos homogeneizantes do uso de categorias como “orientalismo”, incapazes de diferenciar, por exemplo,

46 Christopher Bayly, “Rallying Around the Subaltern”, *Journal of Peasant Studies*, v. 16, n. 1 (1988), pp. 110-120,  pp. 111, 113, 120.

47 Kapil Kumar et al., “Subaltern Studies III & IV: A Review Article”, *Social Scientist*, v. 16, n. 3 (1988), pp. 3-40,  . Como se constata pelo título, os resenhistas também abordaram o volume três da série.

a dominação colonialista, a “missão libertadora” do materialismo histórico e a tradição nacionalista do “Oriente”; d) o crescente interesse na textualidade das fontes, especialmente naquelas produzidas pelas elites. Os dois últimos itens listados, assim como o destaque negativo dado por Chaudhuri ao artigo de Spivak, indicam-nos novos aspectos da produção dos SSG que começavam a se tornar alvos dos críticos.

Seguramente, a percepção de que novidades estavam ganhando terreno não era equivocada. De acordo Vinay Lal, o artigo de Spivak em *Subaltern Studies IV*, além de ser o primeiro engajamento do projeto com o feminismo,⁴⁸ foi a “primeira tentativa explícita de situar os *Subaltern Studies* em relação ao desconstrucionismo”, oferecendo uma perspectiva crítica do projeto intelectual⁴⁹. Os novos caminhos emergentes também se tornaram especialmente pronunciados no artigo de Bernard Cohn, revelando o crescente interesse nos sistemas de saber burocráticos metropolitanos e eurocêntricos.⁵⁰ As movimentações no sentido de uma reformulação da abordagem teórico-metodológica predominante entre os integrantes dos SSG se aprofundariam na segunda metade dos anos 1980, produzindo momentos de tensão, como os vistos na segunda *Subaltern Studies Conference*, ocorrida em janeiro de 1986 em Calcutá.

Os Subaltern Studies em uma encruzilhada teórico-metodológica

A segunda *Subaltern Studies Conference* possibilitou, pela primeira vez desde fins de 1982, a reunião da quase totalidade dos integrantes do coletivo

48 Em Ranajit Guha (ed.), *Subaltern Studies V: Writings on South Asian History and Society*, Delhi: Oxford University Press, 1987, esse movimento seria ampliado com os artigos de Julie Stephens, “Feminist Fictions: A Critique of the Category ‘non-Western Woman’ in Feminist Writings on India” e de Susie Tharu, “Response to Julie Stephens”.

49 Lal, “Walking with the Subalterns”, p. 103.

50 Bernard Cohn, “The Command of Language and Language of Command” in Ranajit Guha (ed.), *Subaltern Studies IV: Writings on South Asian History and Society* (Delhi: Oxford University Press, 1985), pp. 276-329.

(a única ausência foi David Arnold). Nas palavras de Chatterjee, a conferência foi uma ocasião que permitiu aos subalternistas descobrirem que eles estavam começando a atrair seu próprio público, porque o “o auditório estava lotado, com pessoas sentadas nos corredores e penduradas nas janelas”.⁵¹ Por meio de relato de David Hardiman, um dos fundadores do projeto intelectual e membro do comitê editorial, podemos acompanhar os principais debates do evento, cujo objetivo era discutir e selecionar os artigos que iriam compor *Subaltern Studies V*, que viria a ser publicado em 1987.⁵² Hardiman começa o texto com a impactante constatação de que “se tornou difícil para os participantes da conferência discernir qualquer unidade muito forte no grupo”, algo que se revelava, por exemplo, no fato de que apenas três dos onze artigos debatidos “lidaram mais claramente com a consciência subalterna”. Indo além e expondo substantivas diferenças internas no grupo, Hardiman, após avaliar os artigos apresentados na conferência, concluía que os SSG, como projeto intelectual, encontravam-se em uma encruzilhada. Um caminho levaria a uma “maior concentração em análise textual e uma ênfase na relatividade de toda forma de conhecimento” e o outro “ao estudo da consciência e da ação subalternas de modo a avançar a luta por uma sociedade socialista”.⁵³

Embora argumentasse que, em um mesmo membro do coletivo, pudesse ser notada a tensão entre as duas mencionadas possibilidades antagônicas, Hardiman, ao relatar algumas das intervenções dos subalternistas nos debates da conferência, indicava-nos inclinações específicas de alguns deles. Guha, por exemplo, foi lembrado por ter manifestado a posição de que “é fútil tentar descobrir a ‘verdade real’ do passado, pois nosso entendimento sempre refletirá a época em que nós escrevemos, portanto, será subjetivo”. Seguramente, uma afirmação que poderia levar algum dos presentes a questionar até mesmo a validade da busca por uma estrutura da

51 Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’”, pp. 108-109.

52 David Hardiman, “‘Subaltern Studies’ at Crossroads”, *Economic and Political Weekly*, v. 21, n. 7 (1986), pp. 288-290, .

53 Para as citações deste e dos próximos dois parágrafos, cf. Hardiman, “‘Subaltern Studies’ at Crossroads”, pp. 289-290.

consciência camponesa. Gayatri Spivak, por sua vez, foi mencionada em razão de sua defesa do artigo de Shahid Amin – criticado por Hardiman – na qual sustentou que os SSG “não devem lidar somente com a consciência e a ação subalternas”, sendo igualmente importante “ver como os subalternos são fixados em sua subalternidade pelas elites”, o que reforçava a necessidade de se usar “sofisticadas técnicas para analisar os escritos das elites assim como o discurso das classes subalternas”. Para Spivak, acrescenta Hardiman, as “ferramentas oferecidas pelos teóricos da desconstrução, bem apresentadas nos escritos de Jacques Derrida, poderiam ser utilizadas com grande ganho pelos subalternistas”. Sudipta Kaviraj, intelectual indiano convidado para a conferência, salientou, em apoio à posição de Spivak, que o principal valor do projeto intelectual de SSG tinha sido exatamente “desconstruir as teorias históricas existentes”, não tendo, contudo, levado tal tarefa adiante de modo suficientemente rigoroso e sofisticado, o que exigiria ir além do marxismo, incompatível com esse exercício profundo de relativismo. Guha, continua Hardiman, tendeu a concordar com esse argumento, salientando que a “negação” do que estava estabelecido era, de fato, a base dos SSG.

Em que pese o fato de as intervenções de Guha nos debates indicarem uma inclinação na direção do primeiro caminho da encruzilhada, Hardiman continuava vendo ambiguidades no pensamento do líder do coletivo subalternista, “pois ele afirmava muito fortemente seu sentimento de não simplesmente interpretar, mas acima de tudo transformar o mundo”. Esse tipo de concepção alinhava-se à posição de Hardiman, certamente um defensor do segundo caminho da encruzilhada. Para ele, uma das principais contribuições da investigação da consciência e das ações da subalternas era identificar as bases sobre as quais uma sociedade socialista poderia ser construída na Índia. Além disso, os SSG seriam, mais do que iconoclastas de paradigmas, pautados, desde o princípio, pelo objetivo construtivo de tornar as classes subalternas os sujeitos de sua própria história. Desse ponto de vista, a análise de textos como um fim em si poderia ser um exercício vazio e a desconstrução, entendida nos mesmos

termos, poderia escorregar para o relativismo puro, movimento repleto de consequências políticas. Segundo Hardiman, as tensões internas do coletivo não eram vistas como problema preocupante por Guha, o qual preferia até mesmo ver como força antes que uma fraqueza a falta de qualquer “teoria subalterna” bem definida. Para o historiador britânico, os debates da conferência não haviam formulado soluções para as diferenças que emergiram no coletivo, havendo indicações, todavia, de que “se a bifurcação ainda embrionária apresentada nas linhas mencionadas acima se desenvolver de qualquer maneira pronunciada, o projeto poderia estar sujeito a severas tensões internas”.

O relato de Hardiman sugere-nos que, na conferência de 1986, Spivak assumiu significativo protagonismo na articulação explícita de uma nova abordagem teórico-metodológica predominante para os SSG. Retrospectivamente, em texto de 2010, Chatterjee, corroborando o que Hardiman percebeu em 1986, reconhece, também, a conferência como um daqueles momentos “por meio do qual o impacto da crítica de Spivak dos primeiros *Subaltern Studies* filtrou-se através de nosso trabalho e mudou os conteúdos e a direção do nosso projeto”, contribuindo para a mudança na direção de um “método conscientemente pós-estrutural”.⁵⁴ Falando mais amplamente sobre os novos rumos que o projeto então tomava, Chatterjee afirma que:

A nova virada nos *Subaltern Studies* começou mais ou menos a partir do quinto [1987] e sexto [1989] volumes [...]. Agora era reconhecido, com muito mais seriedade do que antes, que as histórias subalternas eram fragmentárias, desconectadas, incompletas, que a consciência subalterna era dividida em si mesma, que era constituída por elementos extraídos das experiências tanto das classes dominantes quanto das subordinadas. Junto com a evidência de autonomia exibida pelos subalternos em momentos de rebelião, as formas de consciência subalterna sujeitas à experiência cotidiana de subordinação agora se tornaram o tema da investigação. Uma vez que essas questões entraram na agenda, a história subalterna não poderia mais ser restrita ao estudo de revoltas

54 Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’”, pp. 108-109, 111.

camponesas. Agora, a questão não era “Qual é a verdadeira forma do subalterno?” A questão havia se tornado “Como o subalterno é representado?” Representar aqui significava tanto “fazer-se novamente presente” quanto “colocar-se no lugar de”. Tanto os temas quanto os métodos de pesquisa passaram por uma mudança.⁵⁵

Assuntos muito estudados, como a expansão da governança colonial, educação inglesa, movimentos de reforma religiosa e social, a ascensão do nacionalismo – todos esses foram abertos a novas linhas de questionamento pelos historiadores dos *Subaltern Studies*. Instituições como escolas e universidades, jornais e editoras, hospitais, médicos, sistemas de saúde, censos, agências de registro, o processo de trabalho industrial, instituições científicas – todos se tornaram assuntos da escrita da história subalterna.⁵⁶

A avaliação de Chatterjee sobre as mudanças nos *Subaltern Studies* ao longo dos anos 1980 é partilhada, em termos similares, por estudiosos que se dedicaram à análise da produção do coletivo. Kate Currie, por exemplo, observa que, já nos três primeiros volumes de *Subaltern Studies*, é possível notar a mobilização de um amplo e diverso repertório de referências teórico-metodológicas, tais como: K. Marx, A. Gramsci, E. P. Thompson, J. Scott, M. Foucault, J. Derrida, E. Said, R. Barthes, E. Hobsbawm, E. Genovese, R. Williams e J. Banaji. Entretanto, a autora vê uma influência mais explicitamente evidente de Gramsci nos três primeiros volumes de *Subaltern Studies*, destacando-se, também, a marca de E. P. Thompson, cujas obras, como *The Making of the English Working Class* (1963), teriam renunciado o projeto subalternista. Por sua vez, nos volumes IV, V e VI de *Subaltern Studies*, especialmente nos dois últimos, já seria possível notar uma prevalência da influência teórica de Foucault, ampliando-se, também, ainda que com menor intensidade, as apropriações de Derrida.⁵⁷ Nesses volumes, continua Currie, acelera-se uma mudança,

55 Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’”, p. 100 (Grifos nossos). Ranajit Guha também vê 1986 como segundo ponto de partida na história dos *Subaltern Studies*. Cf. Ludden, “A Brief History of Subalternity”, 2002, p. 17.

56 Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’”, p. 112.

57 Kate Currie, “The Challenge to Orientalist, Elitist, and Western Historiography – Notes on the ‘Subaltern Project’ 1982–1989”, *Dialectical Anthropology*, n. 20 (1995),

ainda que não total, de categorias fundacionais para um modo de análise discursivo/desconstrucionista, sendo *Subaltern Studies IV* um “volume de transição”, o que se evidencia por sua reunião de artigos “um tanto díspares”.⁵⁸ Para Currie, na segunda *Subaltern Studies Conference*, na qual se discutiram os textos que integrariam *Subaltern Studies V*, o “objetivo de tornar as classes subalternas sujeitos de sua própria história não era mais central” para o conjunto do coletivo subalternista.⁵⁹

Em artigo do começo dos anos 1990 que analisa os seis volumes de *Subaltern Studies* publicados ao longo da década de 1980, Jim Masselos também concluiu que se, “nos primeiros volumes da série, a maioria dos artigos em sua práxis opera com fervor no esforço de estabelecer o conhecimento-verdade do subalterno”, nos últimos volumes, “quando a influência do pós-estruturalismo se torna mais evidente”, há uma “mudança de teor”, passando a ser priorizada a discussão em torno da representação do subalterno.⁶⁰ Além disso, Masselos vê, na historiografia subalternista, um crescente movimento de desaparecimento dos sujeitos subalternos para dar mais espaço às questões dos próprios historiadores, especialmente as teórico-metodológicas. Constatação similar é apresentada por Ludden, ao observar que, se nos primeiros quatro volumes de *Subaltern Studies*, vinte artigos abordaram as lutas de camponeses, operários e lutas “tribais”, nos seis volumes seguintes esse número foi reduzido a cinco⁶¹.

As novas preocupações que começavam a predominar entre os SSG são bem exemplificadas em artigo publicado por Chatterjee, em 1988, nas páginas de *Social Scientist*. Nele, o historiador subalternista convida

pp. 219-246,  . pp. 219 e 223. O importante papel da obra foucaultiana na “virada pós-estruturalista” dos *Subaltern Studies* é investigado em Camila M. Góes, “Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos *Subaltern Studies*”, *Plural*, v. 22, n. 2 (2015), pp. 222-246, .

58 Currie, “The Challenge to Orientalist”, p. 235.

59 Currie, “The Challenge to Orientalist”, p. 240.

60 Jim Masselos, “The (Dis)appearance of Subalterns – A Reading of a Decade of *Subaltern Studies*”, *South Asia: Journal of South Asian Studies*, v. 15, n. 1 (1992), pp. 105-125,  . p. 113.

61 Ludden, “A Brief History of Subalternity”, pp. 18-19.

os leitores para um “projeto historiográfico que apenas começou a ser formulado”: a “construção de um arcabouço para uma historiografia indiana livre da prisão do saber colonialista”.⁶² Ciente da “história como uma forma de saber na Europa pós-iluminista” que formulou seus instrumentos analíticos a partir do entendimento dos desenvolvimentos históricos europeus, o arcabouço dessa “outra história” proposta por Chatterjee:

não toma como dado seu lugar designado na ordem de uma história universal [em formas como “teoria da transição do feudalismo para capitalismo, teoria da modernização, teoria do sistema-mundo, teoria da economia moral do camponês e assim por diante”], mas submete as categorias supostamente universais a um contante processo de interrogação e contestação, modificando, transformando e enriquecendo-as.⁶³

No novo projeto historiográfico esboçado por Chatterjee, nota-se a centralidade que seria assumida pela crítica da história como disciplina e, mais amplamente, pela crítica ao eurocentrismo na construção do saber das ciências humanas e sociais. Os novos rumos delineados pelo historiador indiano apontavam, ainda que o rótulo não fosse explicitamente mobilizado naquele momento, na direção do emergente campo do pós-colonialismo, com o qual os SSG iriam crescentemente se associar ao longo dos anos 1990.⁶⁴ Para Chakrabarty, em avaliação retrospectiva, o que estava em curso não era uma mudança de rumos, mas apenas um desdobramento e uma intensificação de aspectos cruciais da abordagem praticada pelo coletivo desde sua fundação.⁶⁵ Segundo Chakrabarty, em sua busca pela ação e pela consciência dos subalternos, os historiadores subalternistas encontraram poucos documentos produzidos por esses sujeitos, tendo que

62 Partha Chatterjee, “For an Indian History of Peasant Struggle”, *Social Scientist*, v. 16, n. 11 (1988), pp. 3-17, [DOI](#). p. 3.

63 Chatterjee, “For an Indian History of Peasant Struggle”, p. 4-3.

64 Para uma apreciação sintética do pós-colonialismo, cf. Jane Hiddleston, *Pós-Colonialismo*, Petrópolis: Vozes, 2011; e Robert Young, *Postcolonialism*, Oxford: Oxford University Press, 2020.

65 Dipesh Chakrabarty, “A Small History of Subaltern Studies” in Henry Schwarz and Sangeeta Ray, *A Companion to Postcolonial Studies*, (Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2000), pp. 467-485.

lidar, fundamentalmente, com fontes produzidas pelas elites, especialmente as coloniais. Diante disso, os historiadores subalternistas, para além de apenas explicitar os vieses dos documentos de arquivo, passaram a explorar as propriedades textuais dos mesmos e suas lógicas internas na construção das representações do outro, abrindo espaço para as discussões sobre o eurocentrismo e a própria história como forma de conhecimento, o que se somava ao profundo questionamento do nacionalismo que marcava a trajetória dos SSG desde o princípio. Foi nesse contexto, no qual as reflexões sobre saber e poder se tornaram proeminentes, que as apropriações de referenciais teórico-metodológicos pós-estruturalistas e desconstrucionistas se ampliaram entre os membros do coletivo. Para Chatterjee, a nova configuração assumida pelos SSG relacionava-se, também, ao novo contexto sociopolítico indiano do final dos anos 1980:

Se não tivessem ocorrido mudanças significativas no contexto político e social em que trabalhávamos na Índia, eu duvido que os *Subaltern Studies* teriam se movido da maneira como se movimentaram a partir do final dos anos 1980. Para resumir, o que mudou diante de nossos olhos foi a rápida incorporação de populações subalternas na rede de governamentalidade. À medida que as elites urbanas se afastavam da política organizada e forçavam o Estado desenvolvimentista a recuar de seus papéis econômicos e sociais, as classes subalternas cada vez mais clamavam e se inseriam nos espaços da política eleitoral e do bem-estar governamental para fazer reivindicações ao Estado. *Não era possível para o acadêmico subalternista insistir mais que o Estado-nação pós-colonial era algo “essencialmente” externo à consciência subalterna.*⁶⁶

O fim dos anos 1980 assinala também o momento em que a carreira internacional dos *Subaltern Studies* decolou na academia anglo-americana, sendo esse movimento outro importante fator para o entendimento da reconfiguração experimentada pelo projeto no período. O novo contexto intelectual, institucional e sociopolítico que os subalternistas encontrariam, especialmente nos Estados Unidos, mostrou-se decisivo, como veremos, para a consolidação e ampliação da proeminência de referenciais

66 Chatterjee, “Reflections on ‘Can the Subaltern Speak?’”, p. 111. Grifos nossos.

pós-estruturalistas e desconstrucionistas entre os membros do coletivo e para a crescente associação dos SSG com o campo do pós-colonialismo.

Os *Subaltern Studies* como crítica pós-colonial

No fim dos anos 1980, quando desembarcaram na academia anglo-americana, os *Subaltern Studies* encontraram, em especial nos Estados Unidos, um ambiente acadêmico no qual o marxismo se encontrava sob cerrado ataque e a política de identidade e o multiculturalismo em forte ascensão.⁶⁷ Naquele contexto de fim da Guerra Fria, ganhavam terreno as abordagens assentadas em referenciais pós-estruturalistas e pós-modernos, alargando-se o espaço para reflexões sobre o próprio conhecimento histórico e o questionamento de noções como desenvolvimento capitalista, Progresso e Razão.⁶⁸ Essa nova ambiência intelectual, que acolheria com entusiasmo os *Subaltern Studies*, reforçaria e ampliaria as mudanças já em curso no projeto intelectual indiano, consolidando sua nova identidade como empreendimento de crítica pós-colonial.⁶⁹

A ascensão meteórica dos *Subaltern Studies*, em particular nos Estados Unidos, pode ser percebida pela crescente visibilidade editorial alcançada pelo projeto. Em 1988, foi publicado, simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, *Selected Subaltern Studies*, uma coletânea de artigos originalmente apresentados nos volumes I a V.⁷⁰ No mesmo ano,

67 Chatuverdi, “Introduction”, p. 12.

68 Ludden, “A Brief History of Subalternity”, p. 13. Para uma apreciação sintética do pós-modernismo, cf. Christopher Butler, *Postmodernism*, New York: Oxford University Press, 2002.

69 Em 1990, o historiador indiano Gyan Prakash não hesitava em afirmar que a “recente ascensão de teorias pós-estruturalistas, particularmente nos EUA, é parcialmente responsável pelo reconhecimento da produção dos *Subaltern Studies*”. Cf. Gyan Prakash, “Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 32, n. 2 (1990), pp. 383-408,  p. 401.

70 Ranajit Guha and Gayatri C. Spivak (eds.), *Selected Subaltern Studies*, New York/Oxford: Oxford University Press, 1988.

também veio a lume, o artigo “Can the Subaltern Speak?”, de Gayatri Spivak, texto que atrairia a atenção de diversas disciplinas para os *Subaltern Studies* (crítica literária, estudos culturais etc.).⁷¹ Em 1994, a *American Historical Review* dedicou amplo espaço de uma de suas edições a discussões sobre o projeto intelectual indiano.⁷² Em 1997, consolidando o sucesso da produção do coletivo nos EUA, foi publicado *A Subaltern Studies Reader (1986-1995)*, mais uma coletânea de artigos, dessa vez de textos originalmente presentes, em sua maioria, nos volumes V, VI e VIII da série.⁷³ Poderiam ser aqui também mencionadas as muitas obras publicadas, nos Estados Unidos e na Inglaterra, pelos historiadores subalternistas individualmente, os quais, ao longo dos anos 1990, passariam a ocupar posições institucionais de poder e de prestígio em importantes universidades dos dois países mencionados.⁷⁴ Se, em 1992, Jim Masselos já avaliava que os SSG e sua abordagem haviam se tornado *establishment*, no final da referida década seria difícil encontrar alguém que contestasse esse juízo.⁷⁵ Acompanhemos mais de perto essa trajetória internacional dos SSG.

Em 1988, quando *Selected Subaltern Studies* foi publicado, o escolhido para apresentar a obra ao público anglo-americano foi o intelectual palestino radicado nos Estados Unidos Edward Said, cujo

71 Gayatri C. Spivak, “Can the Subaltern Speak?” in Cary Nelson and Lawrence Grossberg (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana: University of Illinois Press, 1988), pp. 271-313. Uma primeira versão do texto foi publicada, em 1985, no periódico *Wedge*, com o subtítulo “Especulações sobre o sacrifício das viúvas”. Contudo, foi a versão de 1988 que ganhou ampla circulação.

72 Em *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, 1994, foram publicados: Gyan Prakash, “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”; Florencia E. Mallon, “The Promise and Dilemma of Subaltern Studies” e Frederick Cooper, “Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History”.

73 Ranajit Guha (ed.), *A Subaltern Studies Reader, 1986-1995*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

74 Por exemplo: Partha Chatterjee, *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, New Jersey: Princeton University Press, 1993; Shahid Amin, *Event, Metaphor, Memory: Chauri Chaura*. California: University of California Press, 1995; Gyanendra Pandey, *The Construction of Communalism in Colonial North India*, Oxford: Oxford University Press, 1992; Ranajit Guha, *Dominance Without Hegemony: History and Power in Colonial India*, Cambridge: Harvard University Press, 1998.

75 Masselos, “The (Dis)appearance of Subalterns”, p. 106.

clássico *Orientalismo* alcançava, naquele momento, sua primeira década de existência.⁷⁶ Em sua apresentação, Said descreveu os SSG como “parte do vasto esforço cultural e crítico pós-colonial”⁷⁷, associando a produção dos historiadores subalternistas a um campo com o qual eles, até então, não haviam se vinculado explicitamente.⁷⁸ Para Said, os *Subaltern Studies*, com sua visão crítica sobre o nacionalismo, ofereciam uma “história *alternativa* à oficial”, combinando “comprometimento erudito e intelectual” com “engajamento social revigorado”.⁷⁹ Em termos de influências teórico-metodológicas, Said destacava que:

Nenhum dos acadêmicos dos *Subaltern Studies* é nada menos que um estudante crítico de Karl Marx, por exemplo, e todos eles foram influenciados por muitas variedades do marxismo ocidental, especialmente a de Gramsci. Além disso, a influência de pensadores estruturalistas e pós-estruturalistas como Derrida, Foucault, Roland Barthes e Louis Althusser é evidente, juntamente com a de pensadores britânicos e americanos, como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e outros.⁸⁰

Seguramente, a simples escolha de Said para apresentar *Selected Subaltern Studies* já é sugestiva dos significados aos quais Guha e Spivak, os organizadores do livro, buscavam associar o projeto intelectual indiano no contexto de recepção anglo-americano. No mesmo sentido, devemos ver a decisão de utilizar, como introdução da obra, o artigo de Spivak publicado em *Subaltern Studies IV*, no qual ela sustenta que, desde sua fundação, o coletivo já praticava uma abordagem desconstrucionista, ainda que não estivesse consciente disso e nem estivesse familiarizado com as referências teóricas específicas.⁸¹ Igualmente significativa para entendermos a maneira como Guha e Spivak buscavam posicionar os SSG no novo contexto de recepção foi a opção por excluir de *Selected Subaltern*

76 Edward Said, *Orientalism*, New York: Pantheon Books, 1978.

77 Edward Said, “Foreword” in Ranajit Guha and Gayatri C. Spivak (eds.), *Selected Subaltern Studies* (New York/Oxford: Oxford University Press, 1988), pp. ix-x.

78 Chatuverdi, “Introduction”, p. 12.

79 Said, “Foreword”, pp. vi e x.

80 Said, “Foreword”, p. x.

81 Spivak, “Subaltern Studies”.

Studies artigos mais fortemente marcados por uma abordagem de história social da cultura próxima à da “história vista de baixo” produzidos por membros do coletivo. Foi esse o caso, por exemplo, dos textos de David Hardiman e de Sumit Sarkar que, como afirmam os organizadores, com pesar foram excluídos, aparentemente por não se adequarem tão bem ao público que Guha e Spivak tinham em mente.⁸²

Spivak se tornaria, por sinal, uma das principais intermediadoras da inserção dos *Subaltern Studies* na academia estadunidense, salientando, em suas apresentações e análises da produção do coletivo indiano, os aspectos teórico-metodológicos mais em sintonia com as tendências em ascensão no contexto intelectual local. No final dos anos 1980, a crítica literária indiana, que, em 1976, havia traduzido para o inglês o clássico derridiano *De la grammatologie*,⁸³ já despontava como uma figura crescentemente relevante no contexto acadêmico estadunidense, condição reforçada e alargada com a publicação, em 1988, de seu famosíssimo ensaio “Can the Subaltern Speak?”. Nesse texto, colocando-se como “uma intelectual pós-colonial”, Spivak questiona com radicalidade esse lugar de fala, enfatizando as contradições e os limites da tarefa de representar os subalternos, os quais poderiam vir a ser silenciados e homogeneizados pelo próprio intelectual que se propõe a representá-los.⁸⁴ Além desse crucial debate, o artigo de Spivak ainda teve o papel de colocar as questões de gênero entre as prioridades dos *Subaltern Studies*, possibilitando profícuas conexões entre a teoria feminista e a produção subalternista.⁸⁵

Em 1990, Gyan Prakash – historiador indiano radicado nos Estados Unidos e que em poucos anos viria a integrar o coletivo editorial de *Subaltern Studies* – buscou reforçar, junto ao público anglo-americano,

82 Ranajit Guha and Gayatri C. Spivak, “Editor’s Note” in Ranajit Guha and Gayatri C. Spivak (eds.), *Selected Subaltern Studies* (New York/Oxford: Oxford University Press, 1988), p. xi.

83 Jacques Derrida, *Of Grammatology*, Baltimore & London: Johns Hopkins University Press, 1976.

84 Gayatri C. Spivak, *Pode o subalterno falar?*, Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 118.

85 *Subaltern Studies IX* (1996) e *Subaltern Studies XI* (2000) foram particularmente dedicados às relações entre gênero e a condição subalternista.

as aproximações entre o pensamento saidiano e a produção dos SSG, apresentando novamente esta como uma abordagem pós-colonial (ou pós-orientalista, como prefere Prakash nesse texto). O historiador indiano avalia que, ao longo do século XX, as diversas vertentes historiográficas (nacionalistas, marxistas, historiadores sociais etc.) que confrontaram as representações orientalistas da Índia não se libertaram completamente das categorias de pensamento e procedimentos do orientalismo, mantendo-se presas a uma escrita histórica fundacional, definida pelo autor como aquela construída sobre o pressuposto de que, em última análise, “a história é fundada e representável por meio de alguma identidade – indivíduo, classe ou estrutura – que resiste a uma maior decomposição em heterogeneidade”.⁸⁶ Rompendo com esse quadro, os *Subaltern Studies* seriam o primeiro experimento de uma historiografia indiana pós-orientalista pós-fundacional. Nele, as relações e processos constroem identidades que seriam contingentes e instáveis, não essências. Uma vez que, nos *Subaltern Studies*, a subalternidade seria entendida como um efeito de relações de poder e as identidades como dependentes da diferença, opera-se o deslocamento de sujeitos e essências fundacionais, fragmentando-se a indivisível entidade da Índia em uma multiplicidade de posições cambiantes articuladas discursivamente. Nesse sentido, continua Prakash, é possível ver que os *Subaltern Studies* partilhavam algumas das críticas estruturalistas e pós-estruturalistas ao sujeito autônomo e soberano, o que não significa, contudo, que teleologia e essencialismo teriam sido completamente eliminados da produção do coletivo indiano. Indo além das vertentes historiográficas anteriores, os *Subaltern Studies* repudiariam o universalismo da ideologia pós-iluminista de “Razão” e “Progresso”, incluindo os esquemas de modernização projetados pela Europa como a razão de ser da história. Prakash avalia que o movimento pós-fundacional em curso, apenas implícito em escritos emergentes como os dos *Subaltern Studies*, rumava em direção à uma “nova historiografia do Terceiro Mundo”, que, juntamente com o pós-estruturalismo ao qual se afilia, “ecoam o descentramento pós-modernista

86 Prakash, “Writing Post-Orientalist Histories of the Third World”, pp. 383-408.

dos sujeitos unitários” e das “histórias hegemônicas”. Por fim, rebatendo eventuais críticas de desengajamento político, Prakash, afirma que essa nova historiografia estaria comprometida com a libertação do Terceiro Mundo de sua posição marginal.⁸⁷

Em 1992, foi a vez de Chakrabarty, membro sênior do coletivo indiano, problematizar o que “recentemente tem sido dito em louvor do projeto pós-colonial dos *Subaltern Studies*”, valendo-se para isso de uma publicação da University of California.⁸⁸ Chakrabarty discordava daqueles que viam os *Subaltern Studies* como um exemplo de que, pela primeira vez desde a colonização, os indianos estavam representando a si próprios no interior da disciplina da história. Segundo o historiador indiano, no “discurso acadêmico da história”, isto é, aquele produzido na universidade, a Europa mantinha-se como o sujeito teórico soberano de todas as histórias, incluindo aquelas que são chamadas de “indiana”, “chinesa”, “queniana” etc. Assim, essas histórias tendiam a se tornar variações de uma grande narrativa que poderia ser chamada de “a história da Europa”.⁸⁹ Elas continuavam, portanto, em uma posição de subalternidade. De acordo com Chakrabarty, dois sintomas cotidianos da subalternidade das histórias não-ocidentais ou do Terceiro Mundo, os quais demonstram que a Europa operava como referente silencioso do conhecimento histórico, seriam:⁹⁰

- 1) enquanto historiadores do Terceiro Mundo sentem uma necessidade de se referir a trabalhos de história europeia, historiadores da Europa não sentem nenhuma necessidade de agir reciprocamente. Ao atuar desse modo, isso não parece afetar a qualidade do trabalho dos historiadores europeus. Se o mesmo for feito pelos não europeus, eles correm o risco de parecer fora de moda e obsoletos;
- 2) os produtores de ciência social do Terceiro Mundo tomam, como eminentemente úteis para o entendimento de suas

87 Prakash, “Writing Post-Orientalist Histories”, p. 406.

88 Dipesh Chakrabarty, “Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for ‘Indian’ Pasts?”, *Representations*, n. 37 (1992), pp. 1-26, .

89 Chakrabarty, “Postcoloniality and the Artifice of History”, 1992, p. 1.

90 Para a síntese que se segue, cf. Chakrabarty, “Postcoloniality and the Artifice of History”, 1992, pp. 2-4.

sociedades, teorias europeias com pretensões universais que foram elaboradas a partir de uma ignorância, relativa ou absoluta, da maior parte da humanidade, reforçando teses filosóficas de que apenas a Europa seria conhecível teoricamente, isto é, ao nível das categorias fundamentais que modelam o pensamento histórico.⁹¹ Além disso, acrescenta Chakrabarty, o discurso da história produzido no lugar institucional na universidade estaria profundamente entrelaçado com as grandes narrativas modernizantes da cidadania, do espaço público/privado burguês e do Estado-nação.

Em que pese tais constatações, o que o historiador indiano propõe não é o abandono da história como disciplina, mas a “provincialização da Europa”. Esse projeto, que exigiria uma crítica radical e uma transcendência do liberalismo, buscaria revelar os mecanismos de universalização da modernidade, especialmente os elementos impositivos, violentos e contraditórios pelos quais esse fenômeno ocorreu. Chakrabarty esclarece que isso não significa uma rejeição simplista da modernidade, valores liberais, ciência, razão, grandes narrativas totalizantes etc. Não significa também um projeto de relativismo cultural, afirmando que ciência e razão são simplesmente elementos culturais específicos das culturas europeias. “Provincializar” a Europa envolveria documentar o processo histórico por meio do qual a “razão” do racionalismo do Iluminismo veio a parecer óbvia muito longe do lugar onde ela se originou. Essa nova forma de escrever a história tornaria “deliberadamente visível, no interior da própria estrutura de suas formas narrativas, suas estratégias e práticas repressivas”, possibilitando que o mundo venha a ser pensado como radicalmente heterogêneo novamente e abrindo espaço para outras narrativas.⁹²

Se, no contexto estadunidense, as formulações dos *Subaltern Studies* prosperavam com relativa facilidade, na academia britânica questionamentos

91 No começo dos anos 2001, um estudioso da produção dos *Subaltern Studies* avaliava que o coletivo indiano pouco fez para alterar esse quadro. Cf. Vinay Lal, “*Subaltern Studies and its critics: debates over Indian History*”, *History and Theory*, n. 40 (2001), pp. 135-148,  p. 147.

92 Chakrabarty, “*Postcoloniality and the Artifice of History*”, pp. 19-21, 23.

e críticas afluíam com mais frequência.⁹³ Em 1992, Rosalind O’Hanlon (University of Cambridge) e David Washbrook (University of Warwick) decidiram entabular um diálogo crítico com o artigo aqui já analisado em que Prakash defendia a proposta de uma história pós-orientalista pós-fundacional e apresentava os *Subaltern Studies* como um exemplo emergente dessa abordagem. Os acadêmicos britânicos concordavam com a avaliação do indiano de que, nos dez anos anteriores, os estudos sobre as histórias e culturas não europeias vinham se apoiando, em grande medida, nas perspectivas teóricas oferecidas pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo, tendo a abordagem saidiana se tornado, particularmente no campo da história colonial da Índia, um modelo para uma nova geração de estudiosos.⁹⁴ Igualmente, os autores afirmavam compartilhar com Prakash a preocupação com a emancipação de histórias e identidades coloniais anteriormente submersas. Contudo, declaravam-se profundamente preocupados com os modos pelos quais a história pós-fundacional se propunha a levar adiante essa tarefa e sustentavam que os modos de conhecimento do passado indiano defendidos pela história pós-fundacional seriam bastante inadequados aos seus supostos interesses políticos.

Para O’Hanlon e Washbrook, a proposta de Prakash significava a imposição da “política de representação de círculos intelectuais e acadêmicos ocidentais”, especialmente dos Estados Unidos, sobre a “história do Terceiro Mundo”. Tais núcleos intelectuais, compostos fundamentalmente de estudiosos e críticos oriundos da classe média estadunidense, poderiam se representar como vítimas de tipos particulares de opressão (gênero, raça, nacionalidade etc.), os quais poderiam compartilhar com outros desprivilegiados do mundo. Estes, por sua vez, teriam negada a possibilidade de se apresentarem como classe sociais, como “vítimas das privações sistêmicas, materiais e universalistas do capitalismo que claramente separam-nas de seus expositores subalternos [isto é, os referidos

93 Chatuverdi, “Introduction”, p. 12 e 22-23.

94 Rosalind O’Hanlon and David Washbrook, “After Orientalism: Culture, Criticism and Politics in the Third World”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 34, n. 1 (1992), pp. 141-167,  . p. 141.

intelectuais]”. Além disso, diferentemente de Prakash, que via com bons olhos a combinação, tal como praticada crescentemente nos *Subaltern Studies*, de referenciais teórico-metodológicos marxistas e pós-estruturalistas/desconstrucionistas, O’Hanlon e Washbrook avaliavam que esses dois “cavalos” não poderiam ser montados simultaneamente, uma vez que avançavam em direções opostas, sendo preferível, no entendimento das histórias do “Terceiro Mundo”, uma crítica materialista do capitalismo centrada na análise de classes, algo que teria sido perdido na abordagem proposta pelo historiador indiano.⁹⁵ Ainda em 1992 e na mesma edição de *Comparative Studies in Society and History*, Prakash ofereceu virulenta réplica aos seus críticos britânicos, reafirmando sua crença na “tensão produtiva que a combinação de abordagens marxistas e desconstrutivas geram” e exaltando:

aqueles escritos recentes que empregam categorias marxistas para analisar padrões de desigualdades e exploração, ao mesmo tempo em que usam abordagens desconstrucionistas para sustentar que o marxismo é parte da história que institucionalizou a dominância capitalista – abordagens que argumentam que, embora o marxismo possa legitimamente afirmar que historiciza o surgimento do capitalismo como uma força mundial, ele não pode negar sua história como um discurso europeu do século XIX que universalizou a narrativa do modo de produção.⁹⁶

Em 1994, de volta ao mais hospitaleiro contexto intelectual estadunidense, Prakash, em número da *American Historical Review* com seção especialmente dedicada ao debate sobre os *Subaltern Studies*, voltou a

95 O’Hanlon and Washbrook, “After Orientalism”, pp. 141-142, 166-167. Para uma posição similar de outro professor da University of Cambridge, cf. Tom Brass, “Moral Economists, Subalterns, New Social Movements and the (Re-) Emergence of a (Post)Modernized (Middle) Peasant”, *The Journal of Peasants Studies*, v. 18, n. 2 (1991), pp. 173-205.

96 Gyan Prakash, “Can the ‘Subaltern’ Ride? A Reply to O’Hanlon and Washbrook”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 34, n. 1 (1992), pp. 168-184, 168-169. Vale lembrar que não era algo incomum a posição de Prakash sobre as relações entre marxismo e pós-estruturalismo, sendo frequente os praticantes deste se declararem continuadores do espírito da obra de Marx. Cf. Williams, Pós-estruturalismo, p. 32.

declarar que a força da crítica pós-colonial do projeto intelectual indiano provinha da “combinação de marxismo, pós-estruturalismo, Gramsci e Foucault, o ocidente moderno e a Índia, pesquisa arquivística e crítica textual”.⁹⁷ Com o artigo em *American Historical Review*, Prakash assumia a condição de um dos principais porta-vozes, nos Estados Unidos, dos SSG, posição confirmada por sua elevação a membro do comitê editorial do coletivo em 1996. Além de, mais uma vez, associar os *Subaltern Studies* ao campo da crítica pós-colonial, tese anunciada no próprio título de seu texto, Prakash vale-se, também, do artigo em *American Historical Review* para apresentar ao público dos Estados Unidos a trajetória do projeto intelectual indiano, incluindo uma análise sobre as condições de seu surgimento. Em relação a esse tópico, vale a pena salientar uma novidade.

Diferentemente do que Guha fez em sua apresentação de *Subaltern Studies I*, na qual optou por não explicitar os antagonismos da então emergente abordagem subalternista com a produção marxista local, Prakash não hesita em evidenciá-los, modelando-os, contudo, em um arcabouço conceitual mais adequado ao contexto acadêmico estadunidense. Assim, Prakash afirma que os marxistas indianos teriam “imperceptivelmente fundido suas narrativas de modo de produção com a ideologia de modernidade e progresso do Estado-nação”, mantendo-se presos ao discurso eurocêntrico e às perspectivas elitistas. Consequentemente, eles não teriam sido capazes de levar em consideração, em suas explicações das revoltas camponesas, as ideologias de casta e religião, ignorando o idioma religioso dos rebeldes ou vendo-o como um estágio no desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Por isso, continua Prakash, é discutível a reivindicação dos historiadores marxistas indianos de que eles de fato representaram a história das massas. O mesmo não poderia ser dito dos *Subaltern Studies*, os quais teriam claramente recuperado a autonomia do sujeito subalterno. Mais do que isso, indo além das abordagens do tipo “história vista de baixo” praticadas na história social ocidental, os

97 Gyan Prakash, “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”, *The American Historical Review*, v. 99, n. 5 (1994), pp. 1475-1490,  p. 1490.

Subaltern Studies passaram crescentemente a reconhecer que a resistência dos subalternos não apenas se opunha ao poder, mas era também constituída por ele, entendimento que era reforçado por referências estruturalistas e pós-estruturalistas presentes no projeto intelectual desde sua fundação.⁹⁸ Essa importante diferença entre a abordagem da “história vista de baixo” e a dos *Subaltern Studies* iria, de acordo com Prakash, tornar-se cada vez maior ao longo do tempo, uma vez que, para os subalternistas:

o desejo de recuperar o sujeito subalterno tornou-se cada vez mais emaranhado na análise de como a subalternidade era constituída por discursos dominantes. Claro, a tensão entre a recuperação do subalterno como um sujeito fora do discurso da elite e a análise da subalternidade como um efeito de sistemas discursivos *estava presente desde o início*. Ela também continua a caracterizar a abordagem dos *Subaltern Studies* atualmente [...]. *Volumes recentes, no entanto, dão maior atenção à investigação da emergência da subalternidade como um efeito discursivo* sem abandonar a noção do subalterno como sujeito e agente. Essa perspectiva, ampliada desde *Subaltern Studies III*, identifica a subalternidade como uma posição de crítica, como uma diferença recalcitrante que surge não fora, mas dentro dos discursos da elite para exercer pressão sobre forças e formas que a subordinam.⁹⁹

Como podemos ver, em sua apresentação dos *Subaltern Studies* como crítica pós-colonial ao público estadunidense, Prakash buscava ser particularmente enfático na afirmação de que, a partir de um dado momento, a análise de discursos se tornou predominante na abordagem do coletivo indiano. Desenvolvendo seu argumento, Prakash afirma que seria impreciso dizer que essa mudança significava o abandono da busca por grupos subalternos em nome da descoberta de discursos e textos. O mais preciso, continua o historiador indiano, seria dizer que, agora, os subalternos e a subalternidade “aparecem nos interstícios dos discursos, subordinados por estruturas sobre as quais eles exercem pressão”, mantendo-se ideia de uma heterogeneidade radical dos subalternos em relação aos dominantes, mas introduzindo-se uma reformulação da própria noção de subalterno na qual

98 Cf. Prakash, “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”, p. 1480.

99 Prakash, “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”, p. 1481. Grifos nossos.

se elimina qualquer ideia de uma existência “real” anterior ao discurso.¹⁰⁰ A partir da exposição de Prakash, podemos contatar que, se no momento de fundação dos SSG o subalterno era visto como um sujeito autônomo fora do domínio das elites, ele era entendido agora como construído por discursos dominantes produzidos pela elite, fazendo pouco sentido a própria busca, estabelecida no início do projeto, por uma estrutura da consciência camponesa na construção da história. Prakash não estava sozinho em suas proposições, como pode ser visto em *Subaltern Studies VII*, no qual é evidente a predominância de abordagens teórico-metodológicas pós-marxistas, passando a cultura a ser entendida, fundamentalmente, em termos de análise textual e discursiva.¹⁰¹

Em meados dos anos 1990, intelectuais indianos como Prakash, Chakrabarty e Spivak já haviam assumido, especialmente nos Estados Unidos, papel central na configuração do emergente campo da crítica pós-colonial. Assim, não surpreendente que, em 1994, quando Arif Dirlik, intelectual turco radicado nos Estados Unidos, apresentou abrangente e contundente ataque às proposições da crítica pós-colonialista, os mencionados estudiosos indianos e a produção dos *Subaltern Studies* estivessem entre seus alvos principais.¹⁰² Elaborado a partir de uma abordagem marxista clássica, o artigo de Dirlik encontrou, imediata e posteriormente, ampla repercussão, tornando-se referência quase obrigatória, especialmente entre os adversários da crítica pós-colonial.

Segundo Dirlik, foi a partir de meados dos anos 1980 que, em universidades do Primeiro Mundo, o rótulo “pós-colonial” passou a ser associado com uma frequência crescente a um conjunto de temas e problemas que já circulavam, de algum modo, por diversas disciplinas.¹⁰³ Em sua visão, a enorme popularidade que o termo pós-colonial rapidamente conquistou na academia

100 Prakash, “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”, p. 1482.

101 Chatuverdi, “Introduction”, p. 12.

102 Arif Dirlik, “The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism”, *Critical Inquiry*, n. 20 (1994), pp. 328-356, [↗](#).

103 Para as citações que se seguem neste parágrafo, cf. Arif Dirlik, “The Postcolonial Aura”, pp. 329-330.

do Primeiro Mundo, especialmente nos Estados Unidos, tinha menos a ver com seu rigor como conceito ou com novas perspectivas que ele abria para a investigação cultural – ainda que temas antigos tenham sido visivelmente reconfigurados – e mais com a “o aumento da visibilidade de intelectuais acadêmicos com origem no Terceiro Mundo como mensageiros na crítica cultural”. Assim, o pós-colonial, mais do que uma descrição de qualquer coisa, seria um discurso que procurava constituir o mundo na autoimagem de intelectuais que se veem (ou passaram a se ver) como intelectuais pós-coloniais. O discurso pós-colonial seria um poder recém-encontrado pelos intelectuais do Terceiro Mundo que estavam chegando à academia do Primeiro Mundo. A pós-colonialidade reivindicava sua origem no terreno que, anteriormente, era designado pelo nome de Terceiro Mundo. Ela marcaria a introdução, nos lugares centrais da crítica cultural euro-americana, das “vozes e subjetividades das margens do colonialismo político e ideológico precedente que agora demandam ser ouvidas naqueles lugares situados no centro”.

Para Dirlik, a chave para o entendimento da emergência e do rápido sucesso alcançado pela crítica pós-colonial na academia euro-americana estaria nas transformações ocorridas no interior da economia capitalista mundial, isto é, na emergência do que vinha sendo descrito como capitalismo global, produção flexível ou capitalismo tardio. A transnacionalização da produção teria colocado em questão divisões anteriormente estabelecidas, como Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. O novo capitalismo global teria estabelecido uma situação em que, a partir dos anos 1960 e mais intensamente nos anos 1980, uma série de fenômenos se tornaram mais visíveis, tais como: movimentos globais de povos (e suas culturas); o enfraquecimento de fronteiras (entre sociedades e grupos sociais); a homogeneização e fragmentação, simultaneamente, dentro e entre sociedades; a interpenetração do local e do global e a desagregação do mundo concebido em termos de Estados-nações. Tais mudanças desorganizaram conceitualizações anteriores das relações globais, especialmente aquelas compreendidas por meio de binarismos.¹⁰⁴ Assim, a pós-colonialidade representaria uma

104 Arif Dirlik, “The Postcolonial Aura”, pp. 331, 350-351.

resposta à necessidade genuína de se superar uma crise profunda de entendimento produzida pela incapacidade de velhas categorias explicarem o mundo, destacando-se uma enorme descrença na metanarrativa de progresso. Entretanto, havendo mais de uma saída conceitual para a crise, pergunta-se Dirlik, por que foi a pós-colonialidade que assumiu de modo proeminente esse lugar? Segundo o estudioso turco-americano, isso se deveria ao fato de que a crítica pós-colonial teria sido desenhada para evitar o entendimento da crise então vivida, pois não abordaria as origens dos intelectuais pós-coloniais no contexto do novo capitalismo global, do qual eles seriam mais beneficiários do que vítimas.¹⁰⁵ A pós-colonialidade se acomodaria bem com o multiculturalismo vigente nos Estados Unidos, o qual teria sido instrumentalizado pela vanguarda dos negócios internacionais, tanto para a obtenção da força de trabalho necessária quanto para a maximização do acesso aos mercados. No contexto institucional da academia do Primeiro Mundo, a fragmentação das metanarrativas anteriores apareceria como benigna por sua promessa de epistemologias mais democráticas, multiculturais e cosmopolitas.¹⁰⁶

A reconfiguração dos *Subaltern Studies* como crítica pós-colonial e a crescente adoção de referenciais teórico-metodológicos pós-estruturalistas e desconstrucionistas que acompanhava esse movimento foi alvo de críticas também por parte de membros do próprio coletivo subalternista, tendo o eminente historiador social indiano Sumit Sarkar assumido a condição de principal vocalizador das mesmas. Em 1994, ele não hesitava em admitir que “a atual trajetória dominante dos *Subaltern Studies*” já era amplamente modelada pelo arcabouço saidiano. Para Sarkar, o foco obsessivo da nova abordagem na natureza totalizante das relações de poder, com uma tendência a atribuir um alcance virtualmente ilimitado às formas

105 O autor afirma que os intelectuais pós-coloniais, em sua localização institucional no Primeiro Mundo, não estariam instalados em posições de poder apenas em relação aos seus compatriotas em seus países de origem, mas em relação a outros intelectuais do próprio Primeiro Mundo, já que agora ocupavam posições em algumas das mais prestigiosas universidades dos Estados Unidos. Cf. Arif Dirlik, “The Postcolonial Aura”, p. 343.

106 Arif Dirlik, “The Postcolonial Aura”, pp. 347, 352-353.

dominantes de saber-poder, estaria, provavelmente, ligado ao refluxo das esperanças nas possibilidades transformadoras da ação popular que tinham emergido no fim dos anos 1960. Tais pressupostos de dominação total estariam desestimulando a investigação de elementos de resistência ou autonomia parcial, retirando dos grupos subordinados sua agência e indo na direção oposta do que era o foco prioritário original dos *Subaltern Studies*. Sarkar avaliava também que as aplicações do arcabouço saidiano à história moderna da Índia apenas repetiriam, em linguagem pós-moderna, afirmações já presentes na historiografia nacionalista indiana (por exemplo, sobre a centralidade do poder colonial e do racismo). Além disso, ainda que a nova produção louvasse as novidades da “análise do discurso colonial”, o que se via, em boa medida, seria uma história convencional das ideias dos grupos dominantes, configurando uma espécie de retorno da “historiografia elitista” tão atacada pelos *Subaltern Studies* em seus primeiros anos.¹⁰⁷ Por fim, Sarkar chamava atenção para as potenciais implicações políticas da adoção do arcabouço saidiano. Este, quando aplicado de modo radical no contexto indiano, às vezes no sentido de uma recusa total do ocidente moderno pós-iluminista, demonstraria perigosas congruências com o nacionalismo hindu de extrema direita em franca ascensão no país do sul asiático.¹⁰⁸ Certamente, as proposições de Sarkar não encontraram eco entre a maioria de seus colegas subalternistas, o que é confirmado por sua decisão de sair do grupo em 1994 por não concordar com os rumos que o projeto intelectual havia tomado.¹⁰⁹

Em 1995, Chakrabarty, em resposta dirigida a Sarkar, reafirmou aspectos centrais das novas concepções predominantes nos SSG, revelando especial irritação com as críticas, surgidas particularmente no contexto indiano, de que o projeto intelectual havia se tornado reacionário e,

107 Sumit Sarkar, “Orientalism Revisited: Saidian Frameworks in the Writing of Modern Indian History” *Oxford Literary Review*, v. 16, n. 1/2 (1994), pp. 205-224, 206, 208, 216-218.

108 Sarkar, “Orientalism Revisited”, p. 219.

109 Chatuverdi, “Introduction”, p. 16.

perigosamente, se aproximado de posições da extrema direita hindu indiana.¹¹⁰ Para Chakrabarty, a manutenção de uma relação crítica com o racionalismo iluminista seria importante no desenvolvimento de uma “historiografia do Terceiro Mundo”, o que não significava, contudo, uma rejeição da tradição de argumentação racional, à qual ele declara continuar vinculado. Na direção oposta à de Sarkar, que parece propor uma volta ao que se praticava nos primeiros anos dos *Subaltern Studies*, Chakrabarty defende a necessidade de transcender aquelas posições, avançando rumo a uma historiografia subalterna que tente, de fato, aprender com o subalterno.¹¹¹ Para isso, seria preciso aceitar o fragmentário e o episódico de modo radical, efetivamente não buscando referi-los a um todo, mesmo que implícito.¹¹² Igualmente, seria preciso admitir os limites das formas acadêmicas de conhecimento da sociedade, duvidando do pressuposto de que a diversidade de culturas “pode se tornar completamente transparente ao olhar de qualquer filosofia política particular, não importa quão diferente as circunstâncias no interior das quais a filosofia se originou possam ser da cultura sob estudo”.¹¹³ Seria preciso, também, romper com a crença de estudiosos da esquerda liberal de que é intelectualmente possível “imaginar uma boa sociedade para todos no planeta, mesmo quando se desconhece as circunstâncias e culturas dos outros”. Somente assim, a posição subalterna poderia “desafiar nossas próprias concepções do que é universal” e abrir a “possibilidade de um mundo de pensamento particular”. Tudo isso levaria a uma nova forma de produzir e escrever história, a qual deveria ser o novo horizonte utópico

110 Dipesh Chakrabarty, “Radical Histories and Question of Enlightenment Rationalism: Some Recent Critiques of Subaltern Studies” in Vinayak Chaturvedi (ed.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (London: Verso, 2000), pp. 405-442.

111 Chakrabarty, “Radical Histories and Question of Enlightenment Rationalism”, pp. 410, 429.

112 Gyanendra Pandey, outro membro sênior dos *Subaltern Studies*, também faz uma defesa similar do “fragmento” como meio para questionamento das próprias totalidades e unidades que são tomadas como inquestionáveis em Gyanendra Pandey, “Voices from the Edge: The Struggle to Write Subaltern Histories”, in Vinayak Chaturvedi (ed.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (London: Verso, 2000), pp. 442-470.

113 Para esta e as demais citações que se seguem neste parágrafo, cf. Chakrabarty, “Radical Histories”, pp. 433-435.

dos *Subaltern Studies*. Essa “outra história”, construída a partir das noções pós-estruturalistas de “diferença” e “incomensurabilidade”:

se apresentará como aquela que perturba essas linguagens [“do Estado, da cidadania, de todos e totalidades, o legado do racionalismo iluminista”]. Abrir-nos a essas histórias significaria ouvir atentamente a polissemia radical de nossas linguagens e práticas, admitir em nossa consciência os muitos mundos possíveis que habitamos, permitir seriamente a possibilidade de que esses mundos possam ser incomensuráveis em relação uns aos outros e, portanto, conceder à nossa vida social uma constante falta de transparência em relação a qualquer maneira particular de pensar sobre ela. Isso não é motivo para rejeição do racionalismo iluminista; é, por outro lado, as bases nas quais eu, um intelectual produzido por uma formação colonial, aceito o racionalismo iluminista, seguro no conhecimento de que o procedimento investigativo que incorpora essa racionalidade apenas nos dá um controle parcial sobre nossas vidas, e isso também por meio de traduções indispensáveis, muito necessárias e, ainda assim, inevitavelmente pobres.¹¹⁴

Em 1997, quando *A Subaltern Studies Reader (1986-1995)* foi publicado nos Estados Unidos, Guha, convidado para escrever a introdução da obra, reforçou, implicitamente, a identificação entre temas então centrais na crítica pós-colonial e aqueles prioritários para os SSG, sugerindo que o coletivo indiano os havia alcançado por um desdobramento intrínseco de problemas e formulações teórico-metodológicas que marcariam sua trajetória desde sua fundação.¹¹⁵ Partindo da tese de uma separação estrutural entre o domínio político da elite e aquele dos subalternos, os *Subaltern Studies* teriam sido capazes de concluir que, tanto durante o período colonial quanto após a criação do novo Estado-nação independente, o que havia na Índia era uma “dominância sem hegemonia”, sendo o exercício do poder baseado, fundamentalmente, não em consentimento/persuasão, mas em coerção. Nesse sentido, não se deveria falar, por exemplo, em um processo de ocidentalização na Índia, mas de uma indianização dos idiomas

114 Chakrabarty, “Radical Histories”, p. 435.

115 Ranajit Guha, “Introduction”, pp. ix-xxii.

da modernidade em termos locais, em um fenômeno cuja iniciativa de adaptação não estava sob controle dos europeus. Assim, questões fundamentais que teriam se aberto à investigação dos SSG objetivavam:

confrontar o suposto status universal da experiência europeia – a função universalizante de seu capital, a universalidade de sua razão e a cumplicidade do capital e da razão em elevar o ramo particular da modernidade europeia a um modelo universal válido para todos os continentes e toda a humanidade – em suma, questões que lançam dúvidas sobre a presunção do que é europeu e moderno como paradigmaticamente metropolitano e sobre a elevação de sua história, um conjunto de especificidades nacionais e regionais como qualquer outra história, à História Universal.¹¹⁶

No começo dos anos 2000, Chakrabarty, evitando qualquer subterfúgio, mostrou-se explícito e contundente em relação às credenciais pós-coloniais dos *Subaltern Studies*. Em resposta a críticas de que o coletivo indiano teria praticado “boa” história marxista na tradição da “história vista de baixo” britânica até perder o rumo ao entrar em contato com o orientalismo de Said, o desconstrucionismo de Spivak e a análise do discurso colonial de Homi Bhabha, Chakrabarty afirmava que os *Subaltern Studies* possuíam “necessariamente” uma perspectiva pós-colonial desde sua fundação, pois eles, já em sua origem, “levantaram questões sobre a escrita da história que tornaram inescapável um afastamento radical das tradições historiográficas marxistas inglesas”.¹¹⁷ Em outras palavras: para Chakrabarty, os SSG não poderiam ter se tornado pós-coloniais em algum momento particular da história do coletivo, pois, de algum modo, eles sempre o foram.

116 Ranajit Guha, “Introduction”, p. xxi.

117 Dipesh Chakrabarty, “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”, *Nepantia – Views from South*, v. 1, n. 1 (2000), pp. 9-32, [?] . pp. 10-11.

Considerações finais

Iniciados, no fim dos anos 1970, como uma intervenção na historiografia indiana, os *Subaltern Studies* experimentaram, como vimos neste artigo, importantes inflexões em termos das abordagens teórico-metodológicas predominantes em sua produção ao longo de uma trajetória de quase três décadas,¹¹⁸ sendo possível a identificação de três momentos distintos.

No período que vai da criação do coletivo indiano a meados dos anos 1980, nota-se a preponderância de uma abordagem próxima ao arcabouço da história social da cultura na elaboração de uma história vista de baixo, semelhante àquela que era então produzida pela história social marxista britânica. Em oposição ao que definiam como abordagens historiográficas elitistas (colonialistas, nacionalistas e marxistas), os SSG reescreveram, apoiados na categoria gramsciana “subalterno”, a história da Índia colonial e do movimento independentista indiano, colocando em primeiro plano a agência e a consciência camponesas. Ainda que a luta de classes ocupasse um lugar explicativo de destaque nesse momento da produção subalternista, já era visível um interesse por outras abordagens para a análise da cultura, revelando insatisfações com certos limites da analítica de classes marxista. Esse e outros posicionamentos presentes em *Subaltern Studies* foram duramente atacados pelo *establishment* marxista indiano, no qual prevaleceu uma defesa de visões mais ortodoxas e uma atitude fundamentalmente hostil em relação à nova linhagem historiográfica, como pudemos testemunhar no acalorado debate travado nas páginas de importantes periódicos do país do sul asiático.

Entre meados e fins dos anos 1980, a produção subalternista passou a se caracterizar por uma crescente adesão explícita a posições teórico-metodológicas pós-estruturalistas e desconstrucionistas, delineando-se um afastamento da história social, o que não significou, entretanto, uma ruptura imediata e completa com a abordagem anteriormente predominante. Nesse momento, a percepção de que os SSG estavam diante de uma encruzilhada

118 O último volume da série foi publicado em 2005: Shail Mayaram, Mathias S. S. Pandian, and Ajay Skaria, A, *Subaltern Studies XII*, New Delhi: Permanent Black, 2005.

teórico-metodológica foi abertamente formulada por integrantes do coletivo indiano, evidenciando diferentes avaliações sobre os próximos rumos do projeto intelectual, as quais se aglutinaram em duas posições básicas: a primeira insistiu na manutenção da ênfase na investigação da agência e da consciência subalternas; a segunda sustentou que a prioridade deveria ser o estudo de discursos e representações, o que demandaria tanto um maior domínio de ferramentas de análise textual quanto a adesão a uma concepção relativista. No fim dos anos 1980, o fortalecimento da segunda posição entre os subalternistas era visível, por exemplo, na emergência de novos objetos e na crescente centralidade da crítica ao eurocentrismo na construção do saber das ciências humanas e sociais. As tensões epistemológicas existentes na abordagem subalternista passaram a ser, como vimos, um dos temas centrais daqueles que se dedicaram a pensar a produção apresentada em *Subaltern Studies*, a qual, indo além do contexto historiográfico indiano, começou a ganhar cada vez mais atenção internacional, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos.

No período que se estende de fins dos anos 1980 e começo dos 1990 ao início dos anos 2000, configurou-se, nos *Subaltern Studies*, a hegemonia de uma abordagem assentada em referenciais teórico-metodológicos pós-estruturalistas e desconstrucionistas. Como vimos, o novo contexto intelectual, institucional e sociopolítico que os subalternistas encontraram na Inglaterra e, em especial, nos Estados Unidos, mostrou-se decisivo para a fortalecimento e ampliação das mudanças já em curso no projeto intelectual indiano. Nessa nova ambiência, os SSG consolidaram sua nova identidade como empreendimento de crítica pós-colonial, intensificando suas invec-tivas contra as formas de escrita da história então vigentes e propondo a superação do suposto universalismo das ideologias europeias. Outro deslocamento importante foi a nova definição da subalternidade como um efeito de sistemas discursivos dominantes, saindo de cena o subalterno como “criador de seu próprio destino”¹¹⁹ e agente autônomo. Tanto nos Estados

119 Ranajit Guha, “Preface” in Ranajit Guha (ed.), *Subaltern Studies III: Writings on South Asian History and Society* (Delhi: Oxford University Press, 1984), p. vii.

Unidos quanto na Inglaterra, os *Subaltern Studies* receberam duros ataques, os quais iam de alegadas inconsistências epistemológicas a potenciais repercussões políticas desmobilizadoras de uma análise que colocaria em segundo plano o capitalismo e a luta de classes. Tais críticas encontraram pouca adesão, como fica demonstrado pela crescente influência, nos anos seguintes, dos *Subaltern Studies* nos mais diversos terrenos disciplinares (estudos culturais, teoria literária, antropologia, teoria feminista etc.) e áreas geográficas (América Latina, África, Oriente Médio etc.), consolidando sua condição como uma das vertentes mais dinâmicas da crítica pós-colonial.

Alguns subalternistas procuraram, como vimos neste artigo, enfatizar os elementos de continuidade na trajetória do projeto intelectual indiano, minimizando a profundidade e a extensão das inflexões apontadas nesta pesquisa e ressaltando aspectos de crítica pós-colonial que estariam presentes em *Subaltern Studies* desde sua fundação. Entretanto, como ficou aqui demonstrado, categorias centrais para o coletivo indiano, como subalterno, tinham assumido, já nos anos 1990, significados muito distintos daqueles que tinham no começo dos anos 1980. Era essa pluralidade de sentidos acumulados na produção subalternista ao longo de sua trajetória que levava um historiador indiano a comparar, no início dos anos 2000, os SSG a uma grande árvore capaz de oferecer alimento a uma grande diversidade de grupos que dela se aproximavam (historiadores sociais e culturais, pós-modernistas, pós-colonialistas, feministas, pós-estruturalistas e pós-marxistas).¹²⁰ Quase um quarto de século depois de sua formulação, essa imagem ainda continua válida.

Recebido em 05 abr. 2025

Aceito em 21 nov. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i72.66744

120 Lal, “Walking with the Subalterns”, pp. 105-106. Para desdobramentos mais recentes de novas apropriações do pensamento subalternista, cf. Gargi Talapatra, *Subaltern Studies: a Short Introduction*, Telengana: Orient BlackSwan, 2024.

O artigo apresenta uma síntese da trajetória dos *Subaltern Studies*, projeto intelectual indiano que existiu entre 1982 e 2005 e é visto atualmente como sinônimo de crítica pós-colonial. Por meio da análise de textos em que pesquisadores do coletivo e seus críticos refletiram sobre o projeto, neste artigo sustenta-se que é possível discernir três momentos bem definidos na história dos *Subaltern Studies* em termos de abordagem teórico-metodológica predominante em cada um deles. O primeiro é marcado pela preponderância de uma abordagem próxima ao arcabouço da história social da cultura na produção de um certo tipo de “história vista de baixo”. O segundo é caracterizado por uma abordagem em que se nota crescente adesão explícita a posições teórico-metodológicas pós-estruturalistas e desconstrucionistas, o que não significou o imediato e completo abandono da abordagem anteriormente predominante. Por fim, as posições teórico-metodológicas ascendentes no segundo período, mobilizadas no interior do emergente campo da crítica pós-colonial, alcançaram hegemonia na última etapa da história dos *Subaltern Studies*. Esse conjunto de inflexões teórico-metodológicas produziu enormes mudanças de significado em noções, como subalterno e crítica ao nacionalismo, que se mantiveram presentes ao longo de toda a trajetória do coletivo indiano.

Estudos Subalternos | Pós-colonialismo | Historiografia | Eurocentrismo | Índia

*SUBALTERN STUDIES: A SHORT HISTORY OF AN INTELLECTUAL PROJECT
(1982-2005)*

This article summarizes the trajectory of Subaltern Studies, an Indian intellectual project that existed between 1982 and 2005 and is currently seen as synonymous with postcolonial critique. Through the analysis of texts in which the collective's researchers and their critics reflected on the project, this article argues that it is possible to discern three well-defined moments in the history of Subaltern Studies regarding the predominant theoretical-methodological approach in each of them. The first is marked by the preponderance of an approach that resembles the framework of the social history of culture in the production of a certain type of “history from below”. The second is characterized by an increasingly explicit adherence to poststructuralist and deconstructionist theoretical-methodological positions, without abandoning the approach of the previous phase. In the third and final stage of the history of Subaltern Studies, the theoretical-methodological positions that emerged in the second period, mobilized within the emerging field of postcolonial criticism, became hegemonic. This set of inflections produced enormous changes in the meaning of ideas such as subalternity and critiques of nationalism, which had existed since the very inception of the Indian collective.

Subaltern Studies | Postcolonialism | Historiography | Eurocentrism | India